

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

FLAVIA OLIVEIRA DA SILVA LOUZEIRO

PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PARQUE
NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: uma revisão sistemática

São Luís

2018

FLAVIA OLIVEIRA DA SILVA LOUZEIRO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PARQUE
NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: uma revisão sistemática**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT/UFMA), para obtenção do título de mestra.

Orientadora: Prof^a. Dra. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim.

São Luís

2018

FLAVIA OLIVEIRA DA SILVA LOUZEIRO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PARQUE
NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: uma revisão sistemática**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCULT/UFMA), para obtenção do título de mestra.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^a. Dr^a. Vilma de Fátima Diniz de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA

Aos meus pais, fonte de água para as minhas jornadas, e que, mesmo de longe, emanam, através do seu amor incondicional, energias positivas que me fortalecem quando mais preciso; sem seus encaminhamentos, eu não estaria onde cheguei.

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta árdua jornada, é momento de agradecer. É com profundo carinho que me refiro a algumas pessoas.

Ao meu esposo Tomaz, que tentou preencher o vazio que minha ausência provocou em nosso lar. Aos meus amados filhos Ana e Felipe, que espero poder transmitir, através dos meus atos, os benefícios que os estudos e a retidão ética trazem, mesmo que tenhamos que travar tantas batalhas.

Aos meus queridos pais, Juju e Léo, que em tempos de tantas lutas, formaram-se administradores e transmitiram a nós, suas filhas e filho, o caminho necessário dos estudos. A dedicação, amor, conselhos e incentivos certamente foram dados para o nosso bem e o de nossas famílias.

Às minhas irmãs e irmão, Fernanda, Fabiane e Francisco, por sempre me incentivarem e desejarem o meu crescimento. À Andrezza, minha jovem cunhada, que junto com meu irmão trouxe à nossa família a renovação do sentimento de amor, sobretudo com a chegada do nosso pequeno Heitor, que também compõe, com os demais queridíssimos sobrinhos, Léo, Letícia e Ana Luiza, a foto do futuro das nossas famílias.

À minha também querida Claudiana, fiel escudeira, pela atenção dedicada aos meus filhos e ao meu lar, em particular no decorrer da minha ausência pelo mestrado.

À minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Klautenys Dellene Guedes Cutrim, por sua paciência, persistência e incentivo quando mais precisei.

Aos professores do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, pelo apaixonante encontro com a ciência visto por diversos prismas. Foi realmente apaixonante perceber que posso seguir diversos caminhos.

À turma da secretaria do PPGCULT, pelas informações prestadas e orientações repassadas. Tudo isso foi fundamental para a minha caminhada.

Ao professor Dr. Antônio Cordeiro Feitosa e à Professora Dra. Rosélis Câmara, pelas importantes contribuições dadas durante a banca de qualificação.

Aos meus colegas de turma do mestrado, por conseguirmos subir juntos mais um degrau do conhecimento.

Ao Instituto Federal do Piauí e aos meus colegas do campus São Raimundo Nonato, pelo apoio e compreensão nesta minha jornada.

À Luciana Nars, chefe do Parque Nacional Serra da Capivara, escritório ICMBio em São Raimundo Nonato, pela parceria desenvolvida nesta reta final, tão úteis ao entendimento, construção e finalização do meu trabalho.

Por fim, aqui deixo registrado que nem o cansaço, com as mais de 20 viagens terrestres que fiz de São Raimundo Nonato à São Luís, que demoravam em média 16 horas, a saudade de casa em momentos cruciais, a estafa criativa e mental que tive nos últimos meses de escrita, absolutamente nada me marcou tanto quanto o carinho que desenvolvi pelo ato de pesquisar e pelo amor aos estudos. Sem dúvida, eu faria tudo novamente.

Infinitamente grata.

“Parece necessário interrogar-se sobre essa
ausência de interrogação”.

Pierre-Bourdieu

RESUMO

O presente trabalho nasce da necessidade de descobrir as ações de educação patrimonial que foram desenvolvidas no âmbito do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). Considera-se o patrimônio cultural que o referencia e que levanta questionamentos sobre o tipo de patrimônio cultural que se fala e como essa educação patrimonial se efetivou. A motivação, justificativa principal para este estudo, corresponde ao fato de que é percebida pela pesquisadora inconsistências nos discursos do cotidiano das comunidades do entorno do PNSC, por vezes criticando a criação do mesmo e, por outras, agradecendo a promoção de aprendizado e desenvolvimento. Para tanto, o objetivo a ser alcançado é descobrir o roteiro educativo, relacionado ao patrimônio, que fora investido nessas comunidades. A questão faz referência à não disponibilização, de forma facilitada e pública, dos projetos que foram desenvolvidos com as comunidades. Com efeito, utilizou-se a metodologia da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), que confere ao estudo análises subjetivas do todo e mais aprofundada do grupo de documentos selecionados através dos repositórios propostos. Busca-se identificar a educação patrimonial como propulsora para a proteção e preservação do patrimônio cultural encontrado no Parque Nacional Serra da Capivara.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Patrimônio Cultural Arqueológico; Parque Nacional Serra da Capivara.

ABSTRACT

This study emerged from the need for discovering actions of heritage education that have been already developed in the Serra da Capivara National Park (PNSC). It refers to the PNSC cultural heritage and how its education program is carried out. The need for conducting this study emerges from the fact the researcher perceived daily an inconsistency among the discourses of the communities surrounding the PNSC, that sometimes criticizes it, while other times are thankful for what had been taught. In this sense, the study brings to light the issue of 'What is taught?' referring to how most of the projects carried out with communities are not available and from easy-access to public knowledge. Methodology is based on a Systematic Literature Review which gives an overview of the subject and an in-depth analysis on the group of documents retrieved from some selected academic repositories. Finally, it aims at identifying the heritage education as an enhancer for the protection and preservation of the cultural heritage in the Serra da Capivara National Park.

Keywords: Heritage Education; Cultural Heritage; Archaeological Cultural Heritage; Serra da Capivara National Park.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Documentos internacionais destinados à preservação do Patrimônio Arqueológico	22
Quadro 2: Municípios que possuem áreas na Serra da Capivara	45
Quadro 3: Responsabilidades de cada instituição.....	55
Quadro 4: Apresentação dos termos buscadores	59
Quadro 5: Critérios de inclusão e exclusão	60
Quadro 6: Documentos selecionados	62
Quadro 7: Documentos selecionados para análise	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pinturas Rupestres encontradas em sítio arqueológico PNSC	33
Figura 2: Salão de enterramento do Museu do Homem Americano.....	33
Figura 3: Placa explicativa sobre gravura nas rochas e jogo em mesa no PNSC.....	34
Figura 4: Salão principal com o telão e a mesa interativa do Museu do Homem Americano	35
Figura 5: Mapa das Unidades de Conservação distribuídas pelo Brasil	41
Figura 6: Serra da Capivara	44
Figura 7: Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, destacado em vermelho, entre eles o Corredor Ecológico	48
Figura 8: Centro de Visitantes Boqueirão da Pedra Furada.....	49
Figura 9: Ampliação de um conjunto de pinturas rupestres	49
Figura 10: Condução de turistas	50
Figura 11: Pesquisador digitalizando figuras.....	50
Figura 12: Museu do Homem Americano	53
Figura 13: Laboratório de Análise do Centro Cultural Sergio Motta	53
Figura 14: Vista aérea do aeroporto, com imagem de uma pintura rupestre, marca da FUMDHAM.....	54

LISTA DE SIGLAS

CDB	CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA
CNUMAD	CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
EP	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
FUMDHAM	FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
ICMBio	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
IFPI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
IUCN	<i>INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE</i>
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
NACs	NÚCLEOS DE APOIO À COMUNIDADE
PARNA	PARQUE NACIONAL
PNSC	PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA
RSL	REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA
SISNAMA	SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
SNUC	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
UC	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
UNEP	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
UNIVASF	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PATRIMÔNIO CULTURAL	16
1.1 Patrimônio Cultural Arqueológico.....	21
2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	26
2.1 Suportes metodológicos à Educação Patrimonial.....	30
3 PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (PNSC)	37
3.1 Características do Parque Nacional Serra da Capivara	43
3.2 Cogestão ICMBio X FUMDHAM	51
4. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL).....	56
4.1 Objetivos	57
4.1.1 Objetivo geral	57
4.1.2 Objetivos específicos	57
5. METODOLOGIA	58
5.1 Desenho do Estudo	58
5.2 Estratégia de busca e seleção dos trabalhos	58
5.3 Extração dos dados.....	70
6 ANÁLISES E DISCUSSÕES	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	93
APÊNDICES	98

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído por vontade pessoal da autora, que exerce a função de professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, campus São Raimundo Nonato. No ano de 2011, passou a residir na cidade de mesmo nome do campus, entorno do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). No entanto, desde seus estudos no curso de bacharelado em turismo, na década de 1990, na Universidade Federal do Maranhão, já carregava consigo o sonho de conhecer o PNSC, ainda que o acesso fosse precário.

O Parque Nacional Serra da Capivara, muito além de todos os seus títulos, é um ambiente diversificado, que congrega diversas possibilidades de estudos, desde o nível básico até as pós-graduações. O Parque possibilita aos que visitam aproximarem-se de disciplinas como a história, a arqueologia, a geografia, a biologia, a paleontologia, a arte ou o turismo, as quais podem ser entendidas de forma individualizada ou entrelaçadas numa parceria. As pesquisas desenvolvidas na região trazem estudos que se distribuem nas ciências sociais, humanas e naturais, ou, até mesmo, nas áreas tecnológicas. Esse aspecto traz um diferencial para o ambiente.

Como caminho para este estudo, foram trabalhadas três categorias principais que se imbricam na busca por referência de trabalhos ou projetos de educação realizados no ambiente do Parque Nacional Serra da Capivara. Tais categorias geraram o tema desta pesquisa, que são: patrimônio cultural, educação patrimonial e o próprio Parque. Para tanto, algumas questões foram norteadoras para este trabalho, como: de que patrimônio cultural se fala? Qual foi o roteiro formativo em educação patrimonial direcionado às comunidades do entorno?

Após a definição dos questionamentos e dos objetivos, selecionou-se a literatura sobre a temática proposta em alguns repositórios. Em seguida, foram identificados e analisados os trabalhos mais relevantes. Por fim, foram sintetizados os estudos produzidos com vistas à formatação desta pesquisa.

O trabalho está dividido em sete capítulos que discutem, de forma geral, os termos Patrimônio Cultural e suas características atuais, Educação Patrimonial e as possibilidades de sua utilização como ferramenta de preservação e proteção do patrimônio cultural, além do ambiente do Parque Nacional Serra da Capivara como local

de promoção do bem cultural. Ressalta-se, ainda, a metodologia da Revisão Sistemática de Literatura, pela qual se analisa, de forma mais sistematizada, através dos documentos selecionados, os estudos já desenvolvidos sobre o tema proposto. Ao final, apresentam-se as considerações do trabalho.

Estruturalmente, no **primeiro capítulo** foram considerados alguns aspectos conceituais sobre **Patrimônio Cultural**, desde sua compreensão inicial, como bem particular, e imóvel, até a aquisição de características móveis, de significância espiritual e coletiva, carregando consigo os aspectos de cultura e assumindo que o patrimônio precisa ser compreendido através de uma vertente social e cultural. Consideram-se os aspectos sociais que o patrimônio cultural carrega, sendo necessário evitar a redução do “[...] patrimônio a cenários da indústria cultural e entretenimento dissociando todas as fruições dos bens culturais da memória social e história” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 54).

Ademais, demonstra-se, em subitem desse capítulo, o tipo de patrimônio referido no trabalho e que está diretamente ligado ao Parque Nacional Serra da Capivara - **o patrimônio cultural arqueológico** -, bem como o percurso legal construído para sua salvaguarda e a importância desse bem para conscientizar e educar para o patrimônio.

No **segundo capítulo** são considerados alguns conceitos para a **Educação Patrimonial**, assim como recebem destaque as atividades que dão suporte para o ensino-aprendizagem, tais como a utilização dos museus enquanto espaços de aprendizagem, o turismo e a utilização da tecnologia como suporte. Aborda-se a necessidade de construção de uma sociedade apta a perceber o bem patrimonial como preceito de cidadania, protegendo-o e conservando-o para as gerações futuras.

No **terceiro capítulo** é caracterizado o espaço **Parque Nacional Serra da Capivara** e suas peculiaridades, seus títulos, projetos implantados, a falta de recursos humano e financeiro, o tipo de patrimônio cultural encontrado, sua estrutura física de recepção dos turistas e visitantes, além das características de extensão territorial, fundação e gestão. Destaca-se a cogestão entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM).

Os **capítulos quatro e cinco** trazem a abordagem metodológica proposta para a pesquisa, **Revisão Sistemática de Literatura (RSL)**, tendo em vista a necessidade de pesquisar estudos já desenvolvidos no âmbito do PNSC. A Revisão Sistemática de Literatura carrega consigo características de análises superficiais quanto ao princípio de escolha dos documentos que serão estudados. Nesse sentido, o passo seguinte foi aprofundar-se de maneira mais crítica, fazendo referências e dando indicações para próximos estudos ou melhorias de métodos.

Essa metodologia não pode ser confundida com a revisão bibliográfica, visto que é necessária uma análise aprofundada dos documentos para a resolução das questões norteadoras. Em complemento, apresentam-se os conceitos da metodologia, os caminhos percorridos para sua aplicabilidade, as questões, o desenho do estudo, as estratégias de busca e seleção, o quadro de documentos selecionados, a extração dos dados e sua análise e interpretação.

O **sexto capítulo, análises**, foi construído a partir das nuances das falas dos autores dos documentos selecionados. Elaborou-se um breve resumo de cada texto, já efetuando uma análise prévia. Ao final do capítulo, de forma mais direta, contextualizaram-se as proximidades e os distanciamentos das ideias.

Por último, o **sétimo capítulo** tem como base as **considerações finais**, com percepções pessoais da autora e detalhamento do que foi estudado ao longo da pesquisa, destacando os trabalhos analisados. Na mesma seção, propõe-se os indicativos de pesquisas futuras, metodologias que empreendem êxito no ensino-aprendizagem para o patrimônio cultural e possibilidades de conservação e proteção do patrimônio arqueológico, sobretudo através da construção do agir-cidadão da população que o cerca.

1 PATRIMÔNIO CULTURAL

Inicialmente, este capítulo trata de alguns aspectos conceituais sobre o termo Patrimônio Cultural, um dos temas estudados neste trabalho. Tais aspectos conceituais perpassam a definição histórica da palavra patrimônio, o ambiente e a percepção sobre as subjetividades que envolvem a palavra cultura. Ressalta-se, ainda, a sua adaptação ao longo dos tempos até a sua vinculação ao termo patrimônio.

Antes mesmo de mencionar sobre o Patrimônio Cultural, é preciso esclarecer o caminho conceitual da palavra patrimônio, visto que o mesmo inicia seu percurso pela individualidade até adquirir preceitos coletivos. Dessa forma, quando se fala a respeito de patrimônio surgem algumas possibilidades, mas, certamente, essas possibilidades se enquadram em termos particulares e públicos.

Em termo particular estão enquadrados os bens materiais imóveis, como moradias e terrenos, e os bens móveis com valor monetário, como as obras de arte, joias, livros de receitas familiares, entre outros itens que podem estar relacionados em um documento público, como o testamento. Também, como referência a um patrimônio particular, existem itens que não podem ser mensurados em valor monetário, mas tão somente como valor sentimental, ou, até mesmo, espiritual, como fotos de família, a maneira de efetivar uma receita - o livro traz a receita familiar, mas não a forma como fazê-la -, as reflexões de vida e os ensinamentos dos entes mais velhos, o respeito pela religiosidade, entre tantos outros princípios.

Nesse caso, a principal reflexão sobre o patrimônio enquanto termo particular é que esses itens precisam ter significância particular para as pessoas, ter sentimento, configurando sua imaterialidade e destacando a valoração intrínseca a ele, a qual pode, dessa forma, ser medida em nível afetivo ou pecuniário. Ainda assim, esses dois valores confundem-se entre si.

No entanto, esse mesmo sentimento de pertencimento, aqui inicialmente colocado de modo particular, estende-se ao termo público, visto que o ser humano necessita coexistir em coletividade. No entanto, a diferença está no fato de que o que pode ser patrimônio para um, pode não ser para o outro, mas precisa fazer sentido para o coletivo. Uma sinagoga é importante para os judeus, mas nem tanto para os católicos ou para os que praticam religiões de matriz africana. Ainda assim, em uma comunidade

que tenha em sua história formadora os judeus, uma sinagoga pode ser considerada patrimônio de sua localidade, tendo em vista a importância da representatividade para aquele grupo, um patrimônio coletivo material. Esse mesmo sentimento se estende às práticas folclóricas, à culinária, ao artesanato e tantos outros considerados patrimônio coletivo imaterial.

Diante do exposto, a palavra patrimônio se alarga na nomenclatura do seu conceito e atrela-se ao conceito mais abrangente de cultura - patrimônio cultural, posto que, até então, patrimônio é compreendido no campo da história. Tal alargamento previu expressamente a inclusão de bens imateriais na categoria de patrimônio cultural. Isso não significa dizer que se criou uma categoria nova - patrimônio cultural imaterial -, mas a possibilidade de se reconhecer os bens imateriais como integrantes de uma categoria indivisível denominada patrimônio cultural.

Sem se ater profundamente à historicidade do termo patrimônio, mas buscando esclarecer e posicionar o leitor sobre a conjunção dos termos patrimônio e cultura, objeto deste estudo, busca-se Choay (2001, p. 11), que indica o termo patrimônio como “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Contudo, o termo apresenta distintos pressupostos conceituais nos diversos campos do conhecimento (genético, natural, histórico, etc.), resultando em conceitos mutáveis.

A palavra patrimônio também se referia aos bens adquiridos pela sociedade, que em princípio, estavam relacionados aos bens edificados ou monumentos, depois às artes plásticas. Suas características principais eram a antiguidade e a historicidade representadas, tal como a arte grega, objetos e templos das humanidades antiga e medieval, ou seja, ligadas a uma classe elitista e dominadora (faraós, reis, imperadores e ao alto clero).

A transformação semântica do termo patrimônio resultou na elevação do *status* das antiguidades nacionais, conferindo um poder de encantamento, capaz de romper as barreiras do tempo. A preocupação de resguardar os bens, principalmente os edificados, surgiu na França, através da incorporação de bens culturais do clero e da coroa para a nação. O objetivo era protegê-los da destruição causada pela inconformidade da população durante a Revolução Francesa, século XVIII, época em

que a França se preocupou em conservar os bens que poderiam lhe assegurar o posto de poder como nação.

Esse processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata [...]. Contudo, na França em revolução, a postura de reação assume outra dimensão e outro significado político. Ela agora não visa apenas à conservação das igrejas medievais, mas em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional (CHOAY, 2001, p. 98).

Além da proteção da herança arquitetônica, edifícios, objetos de arte e antiguidades greco-romanas, existiam outros critérios que motivaram a conservação dos bens condenados, entre eles o interesse para a história e o valor pedagógico. As construções que adquiriram teor histórico passaram a ter seus espaços ressignificados e reutilizados para finalidades educativas, tais como os palácios, que se transformaram em museus e que adquiriram um valor cognitivo e um caráter enciclopédico. Influenciado pela concepção iluminista, esses espaços passaram a ser disponibilizados à população com a intenção de contribuir para a formação do civismo e reforço à ideia de Estado-nação, rompendo com o multiculturalismo e em busca de uma unicidade.

Hall (2006, p. 59) faz referência ao monopólio cultural que começou a ser exercido no período de formação dos estados-nação na Europa por volta do século XVIII e durante o surgimento do nacionalismo a partir do século XIX, culminando com a unificação de símbolos, crenças e estilos de vida como um modelo único e comum a todos. Ademais, existe uma tentativa de suplantar as diferenças culturais, omitindo a participação dos povos vencidos na construção do país. Pesa ainda sobre as nações a imposição de um modelo civilizatório adotado como legítimo, o qual condiciona à invisibilidade as culturas minoritárias ou divergentes.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do “eu inteiro” de que fala a psicanálise lacaniana - as identidades nacionais continuam a ser representadas como *unificadas* (HALL, 2006, p. 36).

O patrimônio cultural das nações é constituído pela reunião de um sistema de representações ao qual se atribui sentidos que permitem uma ligação com o passado,

capaz de organizar a concepção de uma identidade nacional, de conhecimento, difusão das tradições e civismo.

As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente ao passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 31).

No entanto, questiona-se sobre a representatividade desse patrimônio em todas as identidades. O patrimônio nacional, por vezes, é manipulado pelas políticas nacionais, pois garante uma imagem adequada ao país e, muitas vezes, exclui as representatividades das populações minoritárias (indígenas, africanos, etc.). Até então, pensava-se o patrimônio dissociado do pertencimento do povo, refletido em construções que, em sua maioria, representavam uma elite brasileira identificada pelas construções religiosas, palácios e casas-grandes.

Pollak (1992, p. 5) esclarece que “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção, ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória herdada”. Pode-se constatar, em alguns casos, que a história preexistente construiu um lado ilusório, sendo proveniente de um discurso de dominação cultural usado na tentativa de homogeneizar a identidade nacional e invalidar a herança cultural dos diversos povos e etnias que constituem uma nação.

Sendo assim, os processos de resgate social se multiplicam e os grupos sociais minoritários passam a cobrar seus direitos à memória. Além de difundir e direcionar o seu próprio caminho de significância, aumentam-se as demandas no sentido da proteção de seus bens imateriais, até porque as vivências culturais são expressas por sua representatividade, através das subjetividades imagéticas que delas emanam.

Essa relação, comumente dialética e tensa, é que produz o dinamismo dos processos culturais. De fato, as culturas são formadas por indivíduos com modos próprios de viver e que se apropriam desses modos em comunidade. Percebe-se, assim, segundo Funari e Pelegrini (2006), que o patrimônio deve ser entendido e concebido por uma visão social e cultural, e sua legislação deve percorrer o mesmo

caminho. Por isso, revisita-se o conceito antropológico do termo cultura na visão de Edward Taylor (2005, p. 59): “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

As culturas locais e étnicas passam a existir sustentadas pela força da tradição e pelas massas populares, resistindo de geração em geração, sendo reconhecidas como produto de uma identidade adquirida espontaneamente e não imposta. A cultura funciona como memória e, ao conservar e reproduzir os simbolismos ao longo dos tempos, torna-se um agente cujo papel fundamental é registrar valores e informações sociais. Isso significa dizer que a cultura está gravada em nossa memória, em sua parte física (o cérebro), saberes e fazeres.

A alteração no contexto do significado da palavra patrimônio, sobretudo ao convergir com a palavra cultura, culmina com a inclusão de bens imateriais na categoria de patrimônio cultural. Tal ação não significa somente a criação de uma nova categoria de patrimônio, mas a possibilidade de se reafirmar os bens imateriais como partes indivisíveis de um todo, o chamado patrimônio cultural. Portanto, o reconhecimento do patrimônio imaterial não pode ser dissociado de sua materialidade, temporalidade e imaginário, como afirmam Silveira e Lima Filho (2005). Os autores destacam que “[...] um objeto ou uma coisa sempre remete a alguém ou algum lugar [...]” (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39).

Diante das discussões apresentadas, busca-se, nos próximos capítulos, identificar o tipo de patrimônio cultural referido neste trabalho, o Patrimônio Cultural Arqueológico. Este caracteriza-se como o bem cultural que culminou no processo de preservação do Parque Nacional Serra da Capivara, com sua criação em 1979, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA); na sua indicação ao título de Patrimônio Mundial como bem cultural em 1991, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e na sua patrimonialização em 1993, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

1.1 Patrimônio Cultural Arqueológico

É preciso que se pontue a área científica na qual o patrimônio cultural arqueológico está inserido, que é a arqueologia. Essa ciência, em princípio direcionada à catalogação de achados, sem preocupar-se com o contexto do grupo humano que a utilizou, reformula-se e adquire a vertente de estudar, de forma sistemática, os achados em consonância com os sistemas culturais.

A Arqueologia mundial passou por transformações profundas, nas últimas décadas. Surgida no século XIX, no bojo da expansão imperialista, a disciplina caracterizou-se, por muitas décadas, por abordagens elitistas e por um distanciamento da sociedade. Ancorada nas certezas da pesquisa de campo empírica e descritiva, em laboratório, parecia imune às transformações sociais e científicas. A emergência dos movimentos e conflitos sociais veio a alterar esse quadro. [...]. No mundo, a Arqueologia iria se envolver com os grupos sociais [...] (FUNARI, 2007, p. 3).

Esse novo processo recebe o nome de Nova Arqueologia¹. Um dos maiores benefícios a respeito da arqueologia, na vida pública, é o fato de consolidar os vínculos existentes entre a comunidade e o seu passado.

Com efeito, em conjunto com a ciência Arqueologia e para o entendimento do processo cultural contido no patrimônio cultural arqueológico, é preciso atentar para o conceito de cultura arqueológica, conforme proposto por Trigger:

Entendemos cultura arqueológica como a materialização de uma cultura. Para sua determinação os artefatos devem estar primeiramente associados ao seu contexto. Caso estejam fora de seu contexto, esses podem ser inferidos por comparação de acordo com o estilo, decoração, forma e função. Como, também, com o auxílio de pesquisa bibliográfica de trabalhos de arqueólogos que já trabalharam na região onde os artefatos foram encontrados. Cultura, para nós, conforme definiu Tylor (1871) é “um todo complexo que inclui capacidades, conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes, hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TRIGGER, 2004, p. 165).

¹ [...] busca entender e explicar o sistema que está por trás de ambos os indivíduos e materiais de uma cultura. Esse sistema é constituído por partes que se interagem e que estão em constante relação com o meio ambiente natural. A estratégia é isolar cada sistema e estudar cada uma de suas variáveis separadamente. O objetivo final é a reconstituição completa do padrão de articulação, ao longo de todos os sistemas relatados (FLANNERY, 1973, p. 105, tradução de BACO *et al.*, 2012).

Percebe-se que o conceito de cultura arqueológica está imbricado ao conceito de patrimônio cultural arqueológico, que se utiliza dos bens culturais encontrados – achados arqueológicos – para promover a disseminação das culturas, sejam elas pré-históricas ou históricas. O patrimônio arqueológico também está inserido no contexto do patrimônio cultural.

Para ilustrar o conceito de patrimônio arqueológico, destacam-se os ditos da Carta de Lausanne de 1990, elaborada pela Assembleia Geral de Lausanne, na Suíça.

Art. 1º O “patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata dos bens culturais existentes no mundo e submetidos à apreciação. Essa instituição define patrimônio como um “legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e que transmitimos às gerações futuras; uma fonte insubstituível de vida e inspiração, nosso ponto de referência, nossa identidade” (UNESCO, 2005).

Vários encontros internacionais para discutir o patrimônio cultural resultaram em documentos indicativos de proteção ao mesmo, que são chamados de “Cartas Patrimoniais”. Essas cartas são assinadas por diversos países para promover a preservação de bens culturais. Ao todo, existem 39 cartas internacionais **relativas ao patrimônio arqueológico**, sendo que, no quadro a seguir, estão mencionadas as mais relevantes.

Quadro 1: Documentos internacionais destinados à preservação do Patrimônio Arqueológico

Documentos Internacionais para a Preservação do Patrimônio Arqueológico	
<ul style="list-style-type: none"> • Carta de Atenas - Sociedade das Nações- outubro de 1931; • Recomendação de Nova Delhi – Arqueologia – dezembro de 1956; • Recomendação de Paris - Paisagens e Sítios - 	<ul style="list-style-type: none"> • Carta de Washington - ICOMOS - Cidades históricas - 1986; • Carta de Petrópolis - Centros históricos - 1987; • Carta de Washington Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas -

Documentos Internacionais para a Preservação do Patrimônio Arqueológico	
dezembro de 1962; • Carta de Veneza - Monumentos e Sítios - maio 1964; • Recomendação de Paris - Obras Públicas ou Privadas - novembro 1968; • Conferência de Nara - Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial; • Convenção de Paris - Patrimônio Mundial - novembro de 1972; • Declaração de Estocolmo - Ambiente Humano – junho 1972; • Carta de Turismo Cultural – ICOMOS - 1976;	ICOMOS - 1987; • Carta de Cabo Frio - Encontro de Civilizações nas Américas - outubro de 1989; • Carta de Lausanne - Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico - 1990; • Carta de Fortaleza - 1997; • Decisão 460 - Sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina - 25 de maio de 1999.

Fonte: iphan.gov.br. Acesso em: 19 jun. 2018.

Como signatário da ONU, o Brasil segue as indicações internacionais sobre os cuidados com o patrimônio arqueológico, antecipando-se às normativas de criação de instrumentos legais de proteção. Já em 1937, o patrimônio arqueológico foi citado no Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937², como parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional. Já através da Lei Federal nº 3.924 de 26/07/1961, todos os sítios arqueológicos brasileiros foram transformados em patrimônio da União, a fim de evitar sua destruição pela exploração econômica, e, mais tarde, ratificado na Constituição de 1988, em que o patrimônio arqueológico se encontra incluso como patrimônio cultural brasileiro, conforme o artigo nº 226:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem;

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

² Conforme essa legislação, torna-se ilegal o comércio de qualquer objeto com valor arqueológico. Qualquer nova descoberta deve ser imediatamente comunicada ao órgão competente, que, no Brasil, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

V - os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico**. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

No Brasil, como instituição de preservação do patrimônio cultural, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN³), ligado ao Ministério da Educação e Saúde, em 1937. Mas, em 1922, no Museu Histórico Nacional já existiam ações e departamento próprio para fiscalizar os monumentos e objetos históricos. Em 1934, após reformulação em seus setores, o Museu constituiu o setor de Inspeção dos Monumentos Nacionais, sendo citado nos livros como o órgão federal específico que se destinava à preservação do patrimônio nacional. O SPHAN foi extinto anos após e transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que herdou as responsabilidades do antigo órgão.

Segundo o dossiê de candidatura do parque como Patrimônio Mundial, de livre acesso no *site* do IPHAN, são elencadas as principais características arqueológicas encontradas no PNSC:

O estudo da arte rupestre, a análise das indústrias líticas e cerâmicas, bem como as estruturas descobertas por ocasião das escavações arqueológicas permitiram estabelecer extensa e contínua cronoestratigrafia indo de pelo menos 50.000 anos até 5.000 anos a.c. Em outros sítios foram encontrados vestígios de ocupação de caçadores-coletores datados do Pleistoceno e do Holoceno. Os primeiros agricultores ceramistas são detectados a partir de 3.000 a.c. (IPHAN, 2018).

A ventura na criação do Parque Nacional Serra da Capivara foi considerada a partir das diversas motivações ligadas à preservação de um meio ambiente espetacular, considerado um dos mais importantes patrimônios culturais pré-históricos. Porém, é importante questionar o processo de proteção legal do patrimônio arqueológico, principalmente dos sítios arqueológicos⁴, que se traduz em patrimonialização, visto que

³ Alguns modernistas de relevância nacional participaram da constituição do IPHAN, tanto como parte da instituição quanto como participante de trabalhos desenvolvidos no SPHAN. Entre eles estão: Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira etc.

⁴ Para a arqueologia, sítios arqueológicos são comumente entendidos como quaisquer lugares, em ambientes terrestres e aquáticos, onde ocorrem evidências materiais da presença humana pretérita. Pode-se exemplificar como sendo um assentamento de um antigo grupo indígena que se estabeleceu em um abrigo sob rocha há cerca de 3.000 AP (anos antes do presente).

essa ação legal interfere no campo dos bens particulares e da espiritualidade de uma comunidade. Em ambientes que possuem sítios, como os encontrados no interior do Parque Nacional Serra da Capivara, após a desapropriação de terras podem ocorrer perdas das significâncias de lembrança e do lugar, como deixar para trás o cemitério da comunidade atingida.

Para tanto, a preservação do patrimônio arqueológico deve estar pautada na legalidade do processo de preservação e na utilização do processo de disseminação do conhecimento. A primeira assegura os direitos das comunidades às leis, portarias, decretos, entre outros, e a segunda estrutura-se em processos de planejamento, com fins educativos de disseminação da importância do patrimônio, e que tenham o foco direcionado às comunidades impactadas. Nessas comunidades, os processos de planejamento conseguem desencadear consciência preservacionista ligadas às questões de “**memória**, onde cresce a história, [...], procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1992, p. 477), e de **identidade cultural**, que são “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” [...]” (HALL, 2006, p. 7).

A discussão sobre cultura e patrimônio cultural é basilar para a prática da cidadania. Quando se traz a termo os insumos da cultura - o patrimônio cultural -, esta vem carregada de práticas sociais que constroem efetivamente um todo social, com partes individuais indissociáveis, e a espiritualidade. Portanto, para a compreensão do patrimônio cultural é primordial concebê-lo como condição para construir identidades e, ao mesmo tempo, garantir a condição de cidadania.

Diante dessas considerações e em face da riqueza do patrimônio arqueológico encontrado no PNSC, a conscientização patrimonial destinada ao local não pode se restringir às limitações territoriais do seu entorno. É preciso ultrapassar esse ambiente e alcançar o Brasil, assim como já foi percebido ao ser indicado ao título de Patrimônio Mundial, em nível cultural.

Na introdução do próximo capítulo destacam-se os processos educacionais relacionados à **Educação Patrimonial**, ferramentas de disseminação do conhecimento através de ambientes educativos (museus, parques, salas de aula etc.); atividades educativas (turismo); e os aparatos educativos (meios tecnológicos, jogos e outros).

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O presente capítulo desenvolve-se a partir da temática Educação Patrimonial, como tema digno de consideração quando o assunto é a preservação de bens culturais, ou seja, do Patrimônio Cultural. O assunto decorre de variadas percepções do dia a dia, do trabalho, da vida pessoal e em sociedade, as quais contribuem para identificar a educação patrimonial como vetor de alterações no comportamento social. Por isso, é oportuno identificar o patrimônio cultural como matéria-prima para uma abordagem interdisciplinar em torno da educação patrimonial, tendo em vista a preservação dos bens culturais.

A educação como um direito universal de cidadania é um dos meios utilizados para o fortalecimento de atitudes, ações e de postura positiva de grupos e indivíduos. Nessa direção, Santos (2000, p. 46) discorre sobre a educação como um instrumento em que o ser humano pode transpor obstáculos e desafios colocados pela sua situação de vulnerabilidade social. Outrossim, a educação proporciona oportunidades de atualização, percepção de novos conhecimentos, integração sociocultural e alternância do indivíduo na pirâmide social, ou seja, é uma grande propulsora, mesmo que com muito esforço, da saída da base para outros níveis da pirâmide social.

Os antropólogos contemporâneos afirmam que o ser social nasce e cresce em contextos culturais e educacionais próprios, o que leva a refletir sobre a necessidade de educar para o patrimônio. Clifford Geertz (1989), através da sua teoria interpretativa, afirma que o homem constrói uma teia de significados ao longo de sua existência e considera a cultura como pública, produtora de códigos, possibilitando aos indivíduos sua interpretação ou interpretações, visto que o ser humano é heterogêneo.

No entanto, neste trabalho, aborda-se a necessidade de direcionamento para um olhar mais crítico sobre a cultura, através do ensinamento proporcionado pela materialidade e imaterialidade apresentada pelo patrimônio cultural.

Na atual realidade de um mundo globalizado, industrializado e dinâmico, é pretérito uma educação repetitiva e descontextualizada. Nascem novos conceitos, tal qual a aprendizagem significativa, que se alicerça em um modelo ativo, no qual o foco é o espectador, esteja ele inserido em um ambiente de educação formal ou não formal, em uma escola ou no parque da cidade, lugar onde ele possa se reconhecer em seu

próprio ambiente ou que se perceba como peça integrante do mesmo, com seus saberes e fazeres tradicionais. Quando a postura do aluno reflete o conhecimento adquirido através da construção de conclusões coerentes e sistematizadas sobre o mundo ao seu redor, cria-se um olhar crítico sobre sua realidade e uma consciência cidadã.

O conceito de Educação Patrimonial efetiva-se a partir de 1980, quando a museóloga Maria de Lourdes Horta apresentou o termo e algumas considerações sobre o tema em reuniões promovidas no Museu Imperial⁵ do Rio de Janeiro, considerando influências teóricas internacionais do período. Segundo Horta *et al.* (1999, p. 68), a Educação Patrimonial desenvolve a autoestima dos indivíduos e das comunidades.

A Educação Patrimonial nasce, àquela época, com o intuito de preservar os registros patrimoniais de natureza material. Em complemento, Soares (2003) destaca que:

A metodologia da Educação Patrimonial surgiu, inicialmente, **para que se desenvolvessem programas didáticos nos museus**. A adequação desse método de ensino para o trabalho nas escolas é uma proposta nova, na qual os objetos estudados pertencem ao cotidiano das comunidades (SOARES, 2003, p. 46, grifo nosso).

Para Bruhns (2004, p. 22), a Educação Patrimonial é um instrumento de educação (uma metodologia) para o **processo de ensino formal e não formal**, bem como um instrumento de “alfabetização cultural”, entendido como uma “pedagogia que propõe a descolonização da memória e do imaginário do ser humano através de diálogo cultural com outros, por meio de processos de sensibilização, autoleitura, autoconscientização e transformação coletiva”. A autora defende a educação patrimonial como uma excelente ferramenta de difusão do patrimônio cultural, ainda que esse conceito pressuponha inserções em um ambiente de educação formal.

Em contraponto ao que foi dito por Bruhns (2004) sobre o termo “alfabetização cultural” e o direcionamento ao ambiente escolar formal, Geertz (1997) afirma que, em

⁵ A formação e a instituição de museus no Brasil devem ser situadas no interior de um movimento maior denominado de “A Era dos Museus”. A partir de fins do século XIX e até meados da década de 1920, iniciou-se o período de apogeu de um tipo de instituição que passou a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica (SCHWARCZ, 1989, p. 27).

sua perspectiva, o homem desenvolve-se em meio a um sistema de significados simbólicos pelo qual constrói suas significâncias, mesmo antes de inserir-se no contexto da educação formal.

Diante desse olhar, a cultura é vista como “as teias de significados que o homem teceu e nas quais ele enxerga seu mundo, sempre em busca de seu significado”, onde as configurações do saber “são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (GEERTZ, 1997, p. 10). Antes da inserção do homem em um ambiente escolar formal, ele constrói relatividades sobre seu eu e sobre seu ambiente, algo indissociável no seu percurso formativo.

Já no contexto das teorias de Bourdieu (1992, p. 111), para além da teoria proposta por Geertz (1997), esse percurso construído pelo homem possui diversificações nos seus significados quando atribuídos ao seu *“habitus”*. O autor enfatiza que os significados são construídos a partir do ambiente onde o ser humano está inserido, levando-se em consideração, por exemplo, sua classe social, seus hábitos familiares e o grupo com o qual se relaciona. Sendo assim, a relação homem e cultura é muito mais abrangente e complexa do que propõe a “alfabetização cultural”, visto que o ser humano, ao chegar na educação formal, não pode ser considerado “analfabeto cultural”.

O percurso formativo do homem, complexo e dependente do seu espaço e convívio com o outro, apresenta a dicotomia entre patrimônio material e imaterial, partes contrárias e complementares, físico e simbólico, pois são constituídos por elementos dotados de memória viva de um povo e, através dele, a diversidade cultural se faz presente. É somente por meio do acesso que a cultura permanecerá viva, permitindo a transmissão das tradições a outras gerações.

Nessa via de reflexão, é preocupante achar que o alfabetizar para a cultura possa ser entendido como ter que se ensinar preceitos homogêneos de uma cultura, descaracterizando o próprio sentido do agir e do ser humano, impedindo a criticidade do indivíduo.

A educação patrimonial é parte fundamental no processo de valorização e preservação dos bens culturais, pois aproxima e integra os homens, transformando-os

em sujeitos ativos e capazes de agir socialmente em defesa do que lhes pertence e representa. Medeiros e Surya (2009, p. 07) reforçam essa afirmação.

A educação patrimonial é ação fundamental para preservação do patrimônio. A não realização repercute de forma negativa, pois se torna difícil obter o apoio da sociedade para a preservação desses bens, uma vez que ela, por desconhecimento quanto à importância deles para manutenção de memória coletiva, não valoriza e, principalmente, rejeita as medidas de preservação imposta pelo poder público.

Outro fato que é preciso destacar é o de que a cultura produzida pela sociedade se confunde, constantemente, com a “ideia de nação”. Através de símbolos escolhidos pelas classes dominantes e política, estes são difundidos e cultuados como representatividade de uma nação, como, por exemplo, a intelectualidade, as obras de artes, a música erudita, a moda, entre tantos outros.

Faz-se importante chamar a atenção para o patrimônio cultural arqueológico nas instituições públicas do país e suas questões normativas, entre elas a Lei nº 230 de 17 dezembro de 2002, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. A Lei institui a obrigatoriedade das pesquisas arqueológicas dentro do licenciamento ambiental e o papel do IPHAN enquanto órgão fiscalizador.

Na perspectiva de Bruhns (2004), a Educação Patrimonial é uma metodologia importantíssima no processo da socialização do conhecimento. A autora considera que “ao trabalharmos o acervo arqueológico através da Educação Patrimonial estaremos interagindo com a memória local, e talvez, interferindo em lugares de memória coletivas, espaços de valorização histórica comum, onde a comunidade se reconhece” (BRUHNS, 2004, p. 38).

A Educação Patrimonial trata-se de um processo contínuo e metódico de trabalho educacional, centrado nos bens culturais que formam o patrimônio de uma sociedade. É utilizada como ferramenta para um processo educativo, que inclui a cultura material e imaterial. Estas, por sua vez, são suportes de memória e identidade, e responsáveis pela constituição do patrimônio cultural, trazendo à reflexão a necessidade e importância da conservação dos mesmos.

Sobre isso, Horta *et al.* (1999, p. 06) apontam que:

A Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Nesse sentido, destacam-se alguns processos educativos que estão intrinsecamente ligados ao ensino do patrimônio, os quais são constantemente percebidos no processo de educação patrimonial.

2.1 Suportes metodológicos à Educação Patrimonial

Assim como foi mencionado, a expressão Educação Patrimonial surge em meio ao ambiente museológico e se constitui enquanto ferramenta para a aplicabilidade da educação patrimonial. Nesse contexto, há ainda o papel dos achados arqueológicos como propulsores da criação e fortalecimento dos museus.

Historicamente, a relação entre **museus e arqueologia**, a partir do século XIX, expressa-se mais fortemente. Para a França, esse era o momento em que as pesquisas arqueológicas estavam ligadas a algumas instituições museais. No entanto, em outros países europeus, como a Inglaterra e Alemanha, havia a construção de uma nova estrutura social expansionista, decorrente do processo de industrialização. A concorrência científica também se apresentava, pois várias expedições de cunho científico eram organizadas e financiadas. Como retorno, exposições museógrafas eram elaboradas e apresentadas.

Na medida em que houve intensificações das viagens de estudo para as colônias e conseqüentemente, o aumento das coleções recolhidas nas diversas partes do mundo é concentradas nos museus europeus. Foram viabilizados os estudos de Arqueologia, Etnologia. Estes inspiraram a criação de novas instituições voltadas para estas áreas de conhecimento (BRUNO, 1999, p. 50).

Essa busca pelo conhecimento e, conseqüentemente, a necessidade de remontagem de processos históricos passaram a ter significância. Os espaços museológicos seguiram nesse mesmo sentido, tanto na Europa quanto nas Américas, percebidos como espaços de pesquisa e preservação dos bens culturais, concedendo maior importância à Arqueologia. Nesse momento também foram criados espaços específicos para essa ciência, como os museus arqueológicos.

Datam dessa época o Museum of Ethnology, de Leiden (1837), na Holanda, e o Musée d'Ethnographie du Trocadéro, na França (1884), o qual possui como característica marcante a classificação dos achados por tipos, que, segundo Bruno (1999, p. 51), classificam e auxiliam na construção de cronologias sobre as sociedades e progressos realizados pela espécie humana, uma ruptura que proporcionou aos museus de Arqueologia um caminho próprio no universo museológico.

As práticas nos museus devem ter significância para aqueles que as vivenciam. Os espectadores devem perceber, através do roteiro proposto e dos artefatos expostos, as conquistas da humanidade, além do contexto social, político e econômico. O ambiente museológico também deve permitir ao espectador, através das suas exposições, a importância de resguardar as memórias de uma comunidade, cujo intuito é transmitir as informações às gerações vindouras.

Conforme Constantin (2001),

O principal recurso utilizado pelos museus/centros de ciências modernos no desenvolvimento de suas práticas educativas são as exposições interativas/participativas que envolvem ativa e emocionalmente o visitante no descobrimento da informação, por meio de sua própria participação no processo de interação (CONSTANTIN, 2001, p. 199).

Como suporte às pesquisas desenvolvidas na região do Parque Nacional Serra da Capivara, existe o Centro Cultural Sergio Motta, que congrega, além dos laboratórios de pesquisa, o Museu do Homem Americano⁶, que é tecnológico, interativo e autoguiado. Seu interior é dividido em quatro ambientes, que são: o salão de Zuzu, exposição do crânio de mesmo nome, considerado o crânio com características africanas encontrado nas Américas; o salão principal, com painéis demonstrativos sobre as pinturas e gravuras rupestres, suas formas e temáticas, tela de projeção e mesas interativas para jogos de videogame; o salão de enterramentos (Figura 1), onde ficam expostas réplicas e originais de urnas funerárias em cerâmica, esqueletos humanos adultos e infantis, bem como tela de projeção com um vídeo demonstrativo de

⁶ No Museu do Homem Americano estão expostos os resultados das pesquisas. A exposição está baseada nos resultados obtidos em 39 anos de pesquisas realizadas na região do Parque Nacional, que constitui descobertas relacionadas à origem do homem e ao povoamento das Américas. Lá encontra-se exposto material arqueológico de cunho lítico, cerâmica, esqueletos humanos, entres outros. Tal material é proveniente de pesquisas nacionais e internacionais.

enterramentos primários e secundários; e o salão dos líticos, que descreve, de forma cronológica, a indústria lítica na região e os achados arqueológicos, provenientes da manipulação de ferramentas para transformar as pedras, lascando-as.

Assim sendo, chama-se a atenção para o fato de que alguns espaços abertos possuem características de museus, como os museus a céu aberto⁷, entre eles os parques nacionais, que possuem vestígios arqueológicos, sejam eles históricos ou pré-históricos. O Parque Nacional Serra da Capivara enquadra-se nesse contexto, com registro de 400 sítios arqueológicos, onde, aproximadamente, 118 estão estruturados para a visitação, e, em sua maioria, apresentam pinturas (Figura 1) e gravuras rupestres. Os roteiros e o discurso apresentado pelos condutores de visitantes do PNSC estão pautados nas pesquisas que foram e são desenvolvidas no parque, sobretudo nas áreas da arqueologia, geologia, biologia, história etc.

O objetivo principal e essência das práticas educativas museológicas é permitir o afloramento da curiosidade nos visitantes. Nesse caso, os salões de exposições, subdivisão da área dos museus, cumprem seu papel de orientar a percepção do visitante para o conhecimento. Um exemplo é o Salão de Enterramento (Figura 2), que representa os rituais fúnebres indígenas.

Parte-se da máxima de que a compreensão da natureza é latente na vivência do ser humano, assim como em outras atividades que exigem a criatividade como ponto de partida. Seguindo essa filosofia, a ciência exposta nos museus, é uma atividade criativa, permitida a todos.

⁷ Merecem destaque as propostas de transformação de sítios arqueológicos em espaços musealizados, ou seja, a criação de museus no *locus* das pesquisas arqueológicas. Tal ação toma força pelo reconhecimento de que a musealização de um sítio é o ponto de partida para se pensar em estratégias de proteção desses bens; e um modo pertinente de aproximar o grande público das tão restritas pesquisas arqueológicas.

Figura 1: Pinturas rupestres encontradas em sítio arqueológico PNSC



Fonte: acervo da pesquisa (2018).

Figura 2: Salão de enterramento do Museu do Homem Americano



Fonte: fumdham.gov.br

Concomitante aos museus, a relação **tecnologias e educação** proporciona a transmissão do conhecimento aos que estão inseridos no processo. Quando se fala na utilização de tecnologias para a educação, a ação não se restringe somente aos meios digitais, mas também aos experimentos que favorecem o aprendizado de forma lúdica, como um jogo. É certo que as tecnologias, quando inseridas no contexto social, alteram comportamentos de todo um grupo, assim como pode ser visto na utilização dos celulares, caixas eletrônicos, cartões de crédito, entre outros.

As tecnologias existentes em cada época, disponíveis para utilização por determinado grupo social, transformaram radicalmente as formas de organização social, a comunicação, a cultura e a própria aprendizagem, conforme enfatiza Kenski (2003).

Assim, em uma sociedade onde a ciência é uma força produtiva capaz de transformar com grande rapidez padrões de vida e de comportamento, a formação intelectual, técnica e científica se faz imperativa. Para entender a realidade e nela ter uma inserção crítica, **o cidadão precisa mais do que saber expressar-se, precisa saber expressar-se tecnicamente** (KENSKI, 2003, p. 50, grifo nosso).

É possível elencar algumas tecnologias educacionais aplicadas para fins de educação patrimonial, conforme visto na região do Parque Nacional Serra da Capivara. Entre elas está o jogo “a onça e os cachorros” (Figura 3), praticado pelos maniçobeiros que ocuparam alguns sítios históricos na Serra Branca, uma das serras do PNSC, encontrado em blocos de pedra. Esse jogo foi reproduzido pelo IPHAN como material de apoio à educação patrimonial.

Figura 3: Placa explicativa sobre gravura nas rochas e jogo em mesa no PNSC



Fonte: acervo da pesquisa (2016).

Outro espaço, já citado, que é indicado como local de disseminação de conhecimento e que se utiliza das tecnologias digitais, é o Museu do Homem Americano, no Salão Principal (Figura 4). Esse museu faz referência às tecnologias dos jogos de videogames, utilizando duas mesas digitais interativas, sendo que a primeira é

manipulada através de botões, de modo que a localização dos sítios é encontrada, e a segunda, a partir do toque de pincéis, simula-se uma escavação de fósseis.

Figura 4: Salão principal com o telão e a mesa interativa do Museu do Homem Americano



Fonte: fumdham.gov.br

A próxima abordagem sobre suportes educacionais para a educação corresponde à prática do **turismo**, atividade que se utiliza do patrimônio natural e cultural como insumo para a formatação de seus produtos. Alguns segmentos desse mercado pontuam a importância da sustentabilidade na utilização da cultura como patrimônio, onde o incentivo à preservação deve ser prática de cidadania. Nesse âmbito, pode-se elencar o ecoturismo, o turismo educativo, o turismo científico e o turismo cultural.

O ecoturismo, em conformidade com Kinker (2002, p. 47), é uma atividade propícia à prática em Unidades de Conservação (UCs) e, particularmente, nos Parques Nacionais, pois oportuniza aos visitantes a conscientização sobre os ecossistemas. No entanto, sabe-se que qualquer atividade em ambientes naturais também pode trazer impactos, mas quando estão atrelados às atividades educativas, de recreação e lazer, direcionadas aos visitantes e comunidades do entorno, essas atividades carregam em si características de cidadania e de preservação da biodiversidade, além do desenvolvimento econômico local.

O turismo em áreas naturais é a atividade voltada à disseminação da preservação ambiental e dos bens culturais. Por isso, reconhece-se como subjacente à atividade o compromisso ético dos profissionais do turismo e dos turistas. Assim, o

Código Mundial de Ética do Turismo, proposto pela Organização Mundial do Turismo – OMT (1999, p. 07), indica que o conjunto dos atores do desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, considerando a perspectiva de um crescimento econômico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras;

Ademais, é possível elencar tal atividade como estratégia de inserção das comunidades circunvizinhas no processo de ganhos econômicos, trazendo-as a ocuparem seus lugares na governança dos parques nacionais. Nas dependências do PNSC, além das práticas esportivas ligadas ao turismo, como caminhadas de curto e longo curso e passeios de bicicleta, as visitas possibilitam o acesso aos sítios pré-históricos e históricos, locais de escavações arqueológicas, formações geológicas milenares, além da fauna e flora.

3 PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (PNSC)

O primeiro parque criado no mundo foi o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, no Estados Unidos da América. Posteriormente, diversos países começaram a criar áreas protegidas: em 1885, o Canadá criou seu primeiro parque nacional; a Nova Zelândia o fez em 1894; e a África do Sul e a Austrália, em 1898. Na América Latina, o México criou sua primeira área protegida em 1894; a Argentina em 1903; o Chile em 1926; e o Brasil em 1937, com o Parque Nacional de Itatiaia, entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (COSTA, 2002, p. 16-18).

A criação dos parques nacionais enfrentava ainda, ao redor do mundo, embates sobre o seu real objetivo enquanto espaço de preservação. Para Diegues (1998, p. 59), essa categoria representava a reprodução do “mito do paraíso perdido”, que consiste na “criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas, de acordo com a ideia, de origem cristã, de paraíso perdido”. O autor traz críticas sobre a forma como os parques foram criados, principalmente em relação ao modelo pioneiro criado nos Estados Unidos (*Yellowstone*). Tal modelo é seguido por muitos países, sobretudo aqueles de economia forte e desenvolvida, diferente da realidade encontrada nos países da América Latina, onde o modelo trouxe graves conflitos sociais. Segundo Diegues e Arruda (2001, p. 47), a utilização do modelo resultou em “tragédia dos comunitários, que são expulsos de seus territórios pela implantação de grandes projetos (hidrelétricas, mineração etc.)”.

Em complemento, as ideias de Diegues (1994, p. 91) estavam embasadas na premissa de que há de se ter a “preocupação com a sobrevivência das populações tradicionais”, em busca de consenso de ideias e uma “visão da unidade de conservação integradas à sociedade”. A concepção de área protegida referia-se tão somente à proteção dos espaços, que são aqueles em que o homem é aceito apenas como visitante.

Como consequência dessas concepções entre meio natural e sociedade, os parques nacionais foram criados sem considerar que as populações que habitam nesses lugares possam estar diretamente ligadas à conservação e manutenção do ambiente físico e biótico, com vistas à sua própria manutenção. No Brasil, foram criados conflitos que perduram até os dias de hoje.

Arruda (1999, p. 83) acrescenta que “a gestão das unidades de conservação de uso restrito enfrenta obstáculos permanentes para a solução das questões sociais, como no caso dos parques nacionais”, principalmente pela relação que as populações humanas tinham com as áreas, antes de serem apropriadas e transformadas pelo Estado em território protegido. A partir dessa concepção, os parques nacionais demonstram uma relação complexa entre a sociedade e a natureza, cujo resultado é permeado por tensões e conflitos sociais que se refletem em sua gestão, exigindo cuidados por parte dos órgãos que o gerem, sejam eles diretos ou indiretos.

No entanto, 50 anos depois da criação de *Yellowstone*, ainda não havia consenso sobre os objetivos dos parques nacionais. Para tanto, foi realizada a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em 1933, em Londres, quando foram definidas três características para os parques nacionais: 1) áreas controladas pelo poder público; 2) áreas para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico e arqueológico, onde a caça é proibida; e 3) áreas de visitação pública.

Nesse contexto, as Nações Unidas elaboraram a primeira lista dos parques nacionais e reservas equivalentes, em 1959, quando a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) estabeleceu, em 1960, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (WCPA), com o intuito de promover, monitorar e orientar o manejo desses espaços. Em Caracas, durante o 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1994, definiu-se um conjunto de categorias de áreas protegidas, adotado pela IUCN e que vigora até os dias atuais. De acordo com Medeiros (2006), são:

a) Reserva natural estrita: área natural protegida, que possui algum ecossistema excepcional ou representativo, característica geológica ou fisiológica e/ou espécies disponíveis para pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental;

b) Área de vida selvagem: área com suas características naturais pouco ou nada modificadas, sem habitações permanentes ou significativas; é protegida e manejada para preservar sua condição natural;

c) Parque nacional: área designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a presente e as futuras gerações; fornece oportunidades

recreativas, educacionais, científicas e espirituais aos visitantes, desde que compatíveis com os objetivos do parque;

d) Monumento natural: área contendo elementos naturais - eventualmente associados aos componentes culturais específicos, de valor excepcional ou único, dada a sua raridade, representatividade, qualidades estéticas ou significância cultural;

e) Área de manejo de habitat e espécies: área sujeita a ativa intervenção do manejo, cuja finalidade é assegurar a manutenção de habitats e garantir as necessidades de determinadas espécies;

f) Paisagem protegida: área onde a interação entre as pessoas e a natureza ao longo do tempo produziu uma paisagem com características distintas e valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significativos e, em geral, com alta diversidade biológica;

g) Área protegida para manejo dos recursos naturais: área que abrange predominantemente sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar proteção e manutenção da biodiversidade, fornecendo, concomitantemente, um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atenda às necessidades das comunidades.

Diante de tamanha diversidade em áreas que deveriam ser protegidas, os debates em torno da temática são nitidamente ilustrados por duas visões que envolvem a sociedade e a natureza: a “preservacionista” e a “conservacionista”.

A visão preservacionista, de acordo com Diegues (1994, p. 45), incorpora a concepção de que a utilização dos recursos naturais por parte dos seres humanos é sempre degradante, e que só intocadas as áreas protegidas estariam “livres” dos males que a sociedade lhe causa.

Contudo, mesmo que a criação das primeiras áreas protegidas fosse direcionada à contemplação cênica e ao turismo, Drummond (1997, p. 136) destaca que o conceito de parque nacional passou por modificações progressivas, incorporando, também, critérios e justificativas científicas. Essas modificações visam contribuir para a preservação da biodiversidade, realização de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental, nas quais o homem está inserido.

De acordo com Costa (2002, p. 23), ao contrário do preservacionismo, surge a visão conservacionista, que prega a utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista a relação da Unidade de Conservação com a sociedade em que está inserida e os modelos de desenvolvimento econômico a que pertence. Para essa visão, é considerada a importância das dinâmicas sociais na promoção e desenvolvimento de estratégias de proteção da natureza. As áreas protegidas são interpretadas como espaços nos quais as atividades humanas podem apoiar os objetivos de conservação ambiental.

Outrossim, percebe-se que as sociedades tradicionais têm incorporada essa noção em suas culturas e tradições, já que, em muitos casos, fazem uso dos recursos naturais em bases sustentáveis, podendo, inclusive, ser consideradas, em função dos seus meios de vida, responsáveis pela conservação ambiental de seus territórios.

As divergências entre essas duas visões de relação entre sociedade e natureza, segundo Mercadante (2001, p. 45) e Irving (2002, p. 25), fizeram com que o principal instrumento legal que normatiza e ordena conceitualmente as áreas protegidas no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC⁸), tenha sido objeto de quase uma década de estudos, propostas e divergências, até que fosse finalmente aprovado.

Nessa formulação, o SNUC estabeleceu duas tipologias de Unidades de Conservação: as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral. As Unidades de Uso Sustentável incorporam a postura conservacionista e possuem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela de seus recursos naturais. Dividem-se em: I – Área de Proteção Ambiental; II – Área de Relevante Interesse Ecológico; III – Floresta Nacional; IV – Reserva Extrativista; V – Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Essa perspectiva reafirma a concepção de Medeiros *et al.* (2004, p. 86), pela qual o SNUC não representou simplesmente uma transposição de modelos de proteção da natureza importados do exterior, já que, entre outros fatores, este incorporava a

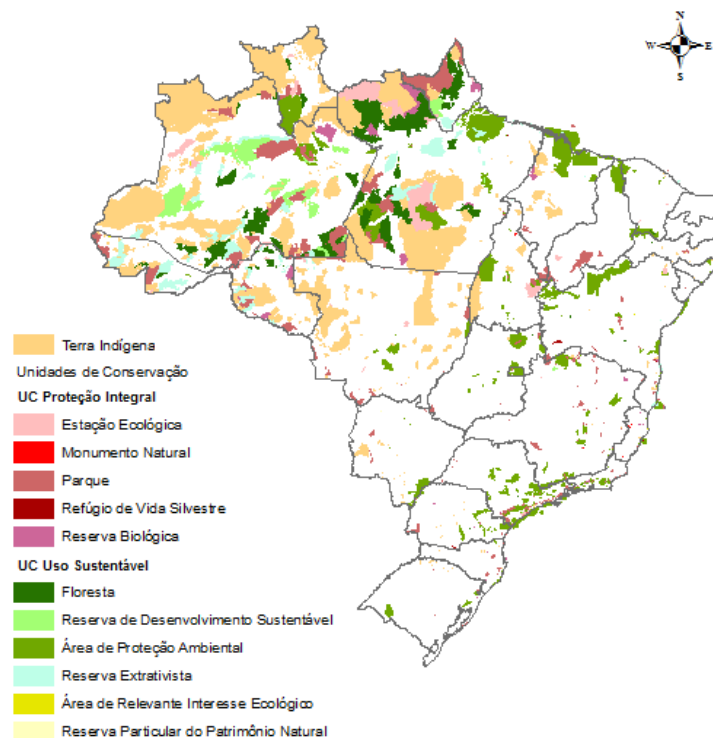
⁸ Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9.985/2000, que estabelece os critérios e normas para a criação e administração das 333 unidades de conservação distribuídas pelo território brasileiro, sejam estas federais, estaduais ou municipais (BRASIL, 2000).

“lógica da conservação e uso, com a participação da sociedade civil, paralela à lógica da preservação”. Sendo assim, o Brasil pode construir critérios próprios e mais próximos da sua realidade de país continental.

Por outro lado, as Unidades de Conservação de Proteção Integral incorporam, de maneira mais evidente, a concepção preservacionista, tendo como objetivo a proteção da natureza e admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Dividem-se em: I – Estação Ecológica; II – Reserva Biológica; III – Parque Nacional; IV – Monumento Natural; e V – Refúgio da Vida Silvestre. As unidades de proteção integral reproduzem o modelo de parque desde a sua origem, mantendo-se extremamente restritivas em relação à presença de populações humanas em seu interior.

Para melhor visualização das áreas protegidas no Brasil, o mapa abaixo (Figura 5) representa todas as categorias de UCs, tanto de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável, cadastradas no Sistema de Unidades de Conservação – SNUC, além das terras indígenas, que englobam as esferas gestoras, nacional, estadual e municipal.

Figura 5: Mapa das Unidades de Conservação distribuídas pelo Brasil



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2009).

Neste estudo, o foco corresponde à UC de proteção integral Parque Nacional Serra da Capivara, mesmo com a ciência de que as demais áreas ambientais registradas de forma legal, assim como as áreas de preservação permanentes, as reservas de quilombos e as indígenas, também possuem valor insubstituível no que tange à preservação ambiental e sociocultural.

A categoria em que os Parques Nacionais estão inseridos assegura a utilização dos mesmos para fins de pesquisas científicas e para o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico. Ademais, assegura a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, e determina a desapropriação dos moradores que estejam em suas dependências, conforme a Lei nº 9.985:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, **possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.**

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000, grifo nosso).

Não obstante, a mesma legislação considera o aspecto da desapropriação de populações tradicionais de UC, na qual sua permanência não seja permitida, ou seja, o Governo Federal se propõe a pagar pelos bens imóveis e benfeitorias que tenham sido feitas nas terras. Para tal, é necessário que os desapropriados detenham os documentos da terra e de suas benfeitorias, caso contrário, os mesmos serão classificados como posseiros, e desta forma, o resultado é que, ao invés de receberem a indenização correspondente, entrarão em um processo de reassentamento mais demorado e burocrático.

O entrave das desapropriações gerou, ao longo do tempo, aspectos negativos e sentimentos de revolta com as instituições gestoras dos parques em nível nacional, sejam elas o IBAMA, o ICMBio ou as cogestoras. No caso do Parque Nacional Serra da Capivara, com 39 anos de fundação, existem famílias que ainda estão em processo de

indenização, computando um contexto negativo, o qual, até os dias atuais, é replicado pela população em conversas cotidianas.

Apesar da importância estratégica em âmbito nacional, o processo de gestão dos parques nacionais enfrenta uma série de desafios técnicos e políticos para que, de fato, cumpram com os objetivos da proteção da natureza. Sob o ponto de vista das ciências humanas, há desafios centrais que remetem ao modelo de proteção e criação de parques nacionais, pois os mesmos tipificam uma relação fragilizada entre sociedade e natureza, deflagram uma série de tensões e conflitos sociais que se impõe na dinâmica da gestão e exigem atenção por parte dos principais órgãos responsáveis, direta ou indiretamente, pela administração dessas áreas.

3.1 Características do Parque Nacional Serra da Capivara

Como parte fundamental do capítulo, faz-se necessário apresentar o ambiente que representa o objeto deste estudo e suas peculiaridades, que é o Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC).

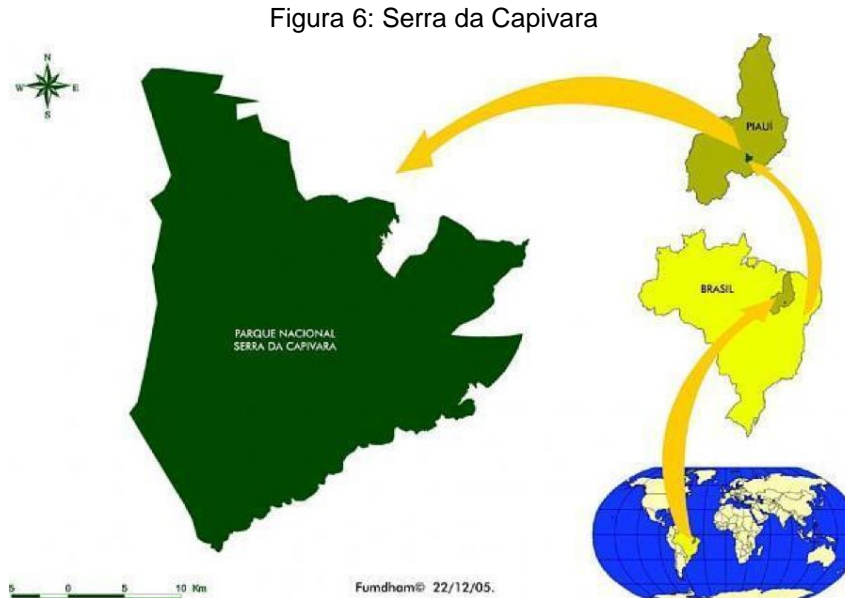
A proposta de criação do PNSC foi sugerida por uma equipe de pesquisadores franco-brasileira e estava direcionada à preservação da área de caatinga primária e dos sítios arqueológicos. A pesquisadora Niède Guidon, que se instalou na região desde o ano de 1970, fazia parte desta equipe. Segundo Guidon (1997, p. 288), “um dos maiores e mais importantes conjuntos de sítios atualmente conhecidos no mundo”.

O parque foi criado através do Decreto nº 83.548, de 5 de junho de 1979, com área de 110.764,19 hectares e perímetro de 195,77 km. A proteção ao Parque foi ampliada pelo Decreto nº 99.143, de 12 de março de 1990, com a criação das Áreas de Preservação Permanente Adjacentes, com total de 35.000 hectares.

Instituído no dia 05 de junho de 1979, por meio do Decreto Presidencial nº 83.548 a fim de tutelar a área arqueológica mais importante do Brasil, o Parque Nacional da Serra da Capivara, guarda a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, com a área de 129.000 hectares [...], além de ser o mais importante acervo de pinturas rupestres do continente (ARRUDA, 1993, p. 156).

O PNSC localiza-se na porção sudoeste do estado do Piauí, nordeste brasileiro, conforme demonstrado no mapa abaixo (Figura 6). Em seu entorno encontram-se

quatro municípios: Coronel José Dias, João Costa, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato.



Fonte: FUMDHAM (2005). Disponível em: <http://wikimapia.org/6035647/pt/Parque-Nacional-da-Serra-da-Capivara>

Com diversificadas formações geológicas, como serras, vales e planícies, o Parque abriga fauna e flora específicas da caatinga, do semiárido nordestino. O nome “caatinga” é de origem tupi-guarani e tem como significado “floresta branca”, que caracteriza bem o aspecto da vegetação em estação seca, quando as folhas caem (LEAL *et al.*, 2003, p. 3). Nesse período, apenas os troncos brancos e brilhosos das árvores e arbustos permanecem na paisagem seca.

A caatinga, segundo Leal *et al.* (2003, p. IX), é o único bioma restrito ao território brasileiro, ocupando basicamente a região nordeste, com algumas áreas no estado de Minas Gerais. Está alojada em regiões com prolongados períodos de seca. Os autores citam que sua vegetação é arbustiva, composta por plantas que se adaptam ao clima seco e à pouca quantidade de água, como a amburana, o umbuzeiro e o mandacaru. Já a sua fauna é diversificada e composta por répteis, aracnídeos e mamíferos, como a cutia, a onça-parda, o veado-catingueiro, algumas espécies de tatu, macacos, aves, insetos, entre outros.

As pesquisas desenvolvidas estão, em sua maioria, concentradas na parte que corresponde ao município de Coronel José Dias, sendo deste a segunda maior concentração de terras do parque, 32%, correspondendo a 325,70 km², conforme o quadro demonstrativo. Precedido por Coronel José Dias está a cidade de João Costa, com 52,12%, tendo a maior concentração de terras, mas o local de menor concentração de trilhas estruturadas e de pesquisas, talvez por estar distante 80 km de São Raimundo Nonato, cidade com maior estrutura.

Na cidade de São Raimundo Nonato, distante aproximadamente 30 km de Coronel José Dias, encontra-se a rede de apoio ao turista com equipamentos mais estruturados, tais como hotéis, restaurantes, bancos, farmácias, hospital, entre outros, além do escritório da FUMDHAM e do ICMBio.

Quadro 2: Municípios que possuem áreas na Serra da Capivara

Município	Área do PNSC no município (km²)	Porcentagem do município no PNSC
João Costa/PI	525,65	52,12%
Coronel José Dias/PI	325,70	32,29%
São Raimundo Nonato/PI	143,25	14,20%
Brejo do Piauí/PI	13,98	1,39%

Fonte: Guia do Participante - Oficina de Elaboração do Plano de Manejo (ICMBio, 2017).

Diferente do fluxo normal, a UNESCO foi a primeira instituição a reconhecer o Parque Nacional Serra da Capivara como patrimônio, em especial pela autenticidade dos seus achados arqueológicos. Em 1991, o PNSC recebeu o título de Patrimônio Cultural Mundial.

Muitos dos numerosos abrigos rochosos no Parque Nacional da Serra da Capivara são decorados com pinturas rupestres, algumas com mais de 25 mil anos. Esse conjunto é um expressivo testemunho de uma das ocupações humanas mais antigas da América Latina (UNESCO, 1991).

Somente em 1993, o órgão oficial nacional, IPHAN, registrou-o como patrimônio nacional no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Em 1993, o Parque passou a constar do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Iphan. Na área tombada foram localizados cerca de 400 sítios arqueológicos. A maioria deles contém painéis de pinturas e gravuras rupestres de grande valor estético e arqueológico. A área faz parte de um dos 63 parques nacionais do Brasil e está entre as dez que protegem a caatinga, sendo constituída de quase 40% da caatinga protegida no país (IPHAN, 1993).

O PNSC é, além de um laboratório, um museu a céu aberto, proporcionando aos visitantes, inclusive àqueles com necessidades de locomoção, o acesso aos locais de estudos e escavações. Sua estrutura é reconhecidamente organizada e conservada, permitindo livre acesso às tocas, em carros de passeio, micro-ônibus e ônibus. O acesso se dá através de guaritas estrategicamente posicionadas às margens da BR-020 e da PI-140. Possui uma malha viária interna de estradas piçarrais, que desloca o visitante para todas as direções possíveis de visita.

O Patrimônio Arqueológico representa o testemunho das atividades dos homens sob a superfície da terra e “engloba todos os vestígios da existência humana, não importando quais sejam eles, estruturais ou vestígios abandonados, de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados” (IPHAN, 1990).

Os sítios arqueológicos são achados que abrigam uma parte importante da herança cultural de uma região e do país. No caso da Serra da Capivara, esta possui interesse mundial. Os registros rupestres encontrados nas dependências do PNSC são evidências da diversidade cultural dos povos do período pré-colonial brasileiro. Nada melhor do que utilizar esse ambiente como espaço de construção do conhecimento e pertencimento.

De acordo com alguns estudos já realizados, estão catalogados mais de 400 sítios arqueológicos, onde encontram-se mais de 30 mil pinturas rupestres, tornando-se um verdadeiro espaço de admiração educacional e patrimonial. Para Arruda (1993, p. 130), “os registros arqueológicos e a abundância das pinturas rupestres mostram que a

região foi habitada por diversas gerações de povos indígenas com grandes talentos artísticos, [...] que retrataram cenas do cotidiano e da natureza, especialmente a fauna”.

Com efeito, as pinturas rupestres encontradas nos sítios arqueológicos do PNSC demonstram a expertise do povo que por lá passou, tanto nas técnicas de misturar componentes para as tintas quanto na forma de pintar.

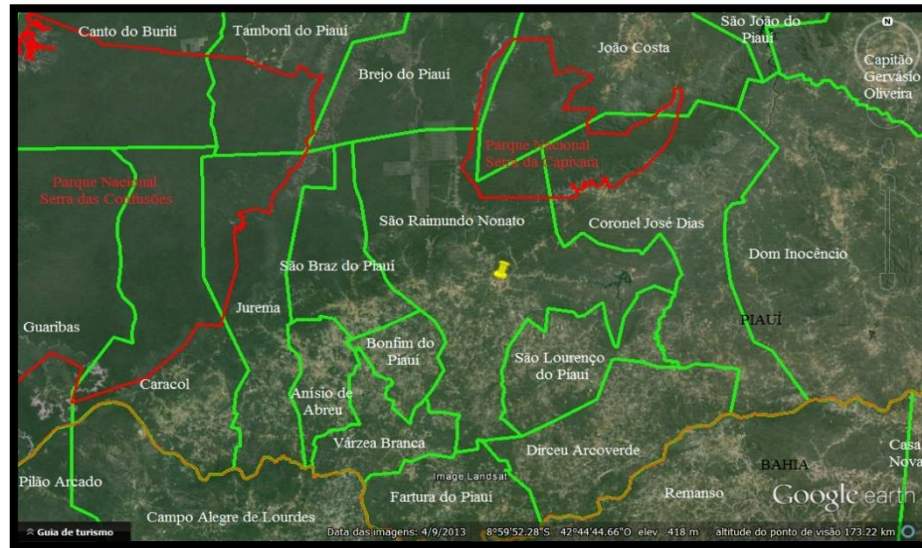
Em 1986, o núcleo de pesquisa, liderado pela arqueóloga pesquisadora Niède Guidon, transformou-se numa entidade sem fins lucrativos, denominada Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), cogestora do parque juntamente com o ICMBio. Em conformidade com a FUMDHAM (1998), os fatores preponderantes para a criação do PNSC expressam-se de natureza diversa, como:

- cultural: derivada da concentração dos 900 sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres, que demonstram vestígios da presença humana na região há mais de 50.000 anos, além de artefatos como ossos, cerâmicas e restos de fogueira;
- ambiental: a região é fronteira entre as formações geológicas da bacia sedimentar Maranhão-Piauí e a depressão periférica do rio São Francisco, com paisagens variadas nas serras, vales e planície, vegetação de caatinga, configurando como o único Parque Nacional brasileiro em que a área total está situada no domínio morfoclimático das caatingas, abrigando fauna e flora específicas, pouco estudadas e de importante diversidade biológica;
- turísticas: possui paisagens naturais surpreendentes, manifestando potencial para o turismo cultural, ecológico e científico, enquanto alternativa de desenvolvimento.

A Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 76, de 11 de março de 2005, criou um Mosaico de Unidades de Conservação, abrangendo os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões e o Corredor Ecológico, representados no mapa (Figura 7), conectando os dois parques. O Corredor Ecológico⁹ abrange uma área de, aproximadamente, 414.565,27 hectares e perímetro de 390,53 quilômetros, e abarca os municípios de São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Tamboril do Piauí, Brejo do Piauí, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol e Guaribas.

⁹ De acordo com a Lei nº 9.985/2000, SNUC ou corredores ecológicos configuram-se como “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas”.

Figura 7: Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, destacado em vermelho; entre eles está o Corredor Ecológico



Fonte: Google Earth.

As paisagens encontradas nas dependências do Parque criam uma beleza cênica única no sertão piauiense. Em meio às gigantescas fendas dos cânions, encontra-se vegetação de caatinga, ilhas de florestas e cerrados, morros de mármore cinza e negra (Figura 8), com fontes naturais e lagoas formadas pelas águas da chuva, que caem na região. A quantidade de paredões com registros rupestres (Figura 9) impressiona a todos que visitam. São encontradas figuras de diversos tamanhos, variadas cores, temas cotidianos e com datações diferentes, além da infraestrutura de deslocamento, recepção de turistas e visitantes (Figura 8), e de acesso às trilhas, permitindo o deslocamento aos que possuem dificuldade de locomoção. Torna-se comum encontrar pesquisadores (Figura 11) em tocas, produzindo material para suas pesquisas.

Figura 8: Centro de Visitantes Boqueirão da Pedra Furada



Fonte: fumdham.gov.br

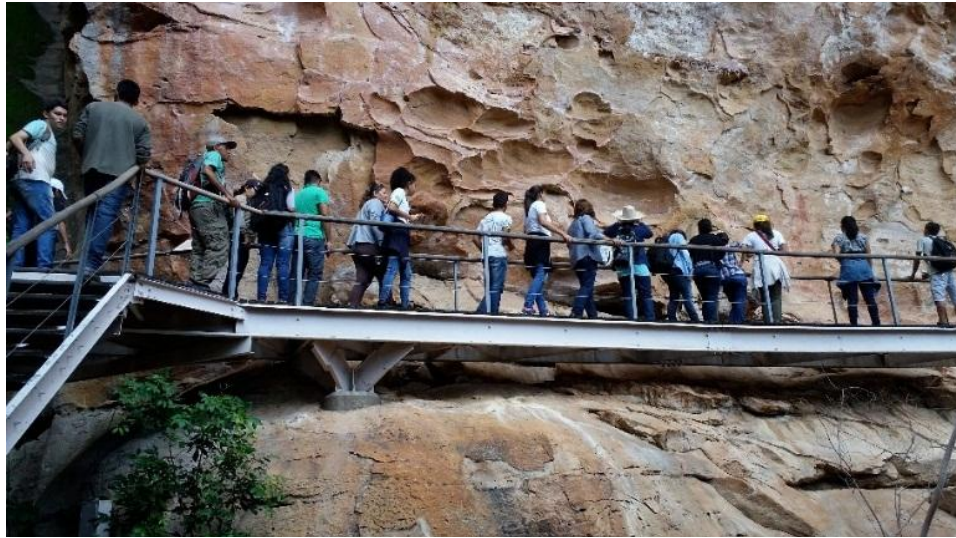
Figura 9: Ampliação de um conjunto de pinturas rupestres



Fonte: acervo da pesquisa (2017).

Conforme sua estrutura administrativa, o Parque encontra-se aberto todos os dias da semana, das 6 horas às 18 horas. No ano de 2017, a cobrança de ingresso para acesso foi suspensa, porém, é obrigatório o registro de entrada através das guaritas e o preenchimento, pelo visitante ou condutor, do termo de responsabilidade. A contratação de um condutor também é obrigatória, conforme a Instrução Normativa ICMbio nº 08, de 18 de setembro de 2008, com o intuito de resguardar o patrimônio. Esses profissionais devem ser cadastrados junto ao ICMBio e conduzir grupos de até oito pessoas.

Figura 10: Condução de turistas



Fonte: acervo da pesquisa (2018).

É importante que se diga que, para que os pesquisadores possam realizar suas pesquisas no ambiente do parque, é obrigatório o registro através do Sistema Nacional da Biodiversidade – Sisbio. Em formato *online*, através de página hospedada no site do ICMBio (www.icmbio.gov.br/sisbio), é obrigatória a inserção de toda a documentação solicitada para a concessão da autorização, documento que permite o trânsito nas dependências do parque.

Figura 11: Pesquisador digitalizando figuras



Fonte: fumdam.gov.br

Existem conflitos sociais que precisam ser contabilizados, no entanto, para que seja feito, é preciso ter acesso aos documentos, os quais, por ora, não serão utilizados, mas sim em uma pesquisa futura.

3.2 Cogestão ICMBio X FUMDHAM

Uma das características do PNSC é a sua gestão partilhada entre o ICMBio e a FUMDHAM, órgãos mais atuantes no processo de conservação e manutenção do parque. Indica-se, a seguir, um breve histórico dos mesmos.

Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei nº 11.516, o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio** é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA¹⁰). É uma autarquia de regime especial¹¹.

Cabe ao Instituto executar as ações do SNUC, sistema que congrega todas as categorias de unidades de conservação existentes no Brasil, onde sua função é propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Ademais, deve fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das mesmas e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais, sobretudo aquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico.

Outro órgão atuante no processo de conservação e manutenção do parque é a **Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM)**, que merece destaque pelos estudos científicos direcionados à área do PNSC. Criada em 1986 por uma missão arqueológica franco-brasileira, aceita a responsabilidade de preservar o Parque Nacional e seu acervo cultural e natural, em parceria com o IBAMA, o ICMBio e o IPHAN.

¹⁰ O Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental (BRASIL, 1981).

¹¹ As autarquias de regime especial são diferentes das de regime comum em razão da lei que as criou. Possuem maior autonomia para o desempenho de suas atividades.

É preciso que se destaque o papel da FUMDHAM no contexto de criação e preservação do PNSC. Para Urban (1998, p. 54), a fundação “cuidou do Plano de Manejo, captou recursos para a fiscalização, captou guias entre a população local e ainda retoca o Centro de Visitantes”. Muito além da arqueologia, os trabalhos incluem a conservação da caatinga e a estruturação de acesso e contemplação dos sítios com atividades voltadas à comunidade local.

Em algumas comunidades do entorno, como o Barreirinho e Sítio do Mocó, foram implementados projetos criados pela FUMDHAM, entre eles projetos comunitários ligados à apicultura, cerâmica artesanal e implantação de escolas na zona rural. Todavia, na sua grande maioria, esses projetos foram minguando com o passar dos tempos, principalmente por falta de recursos financeiros para mantê-los. Guidon (1997, p. 293) ressalta que foram oferecidos cursos para formação profissionalizante, buscando instruir a população local, de modo que a mesma pudesse participar do novo mercado de trabalho que se estava abrindo através do turismo ecocultural.

Se em 1997 o turismo era proposto como desenvolvimento, hoje, passados 20 anos, os gestores, em todas as esferas, demonstraram sua incipiência em trazer desenvolvimento turístico para a região.

Em apoio às pesquisas desenvolvidas no PNSC, foi criado em 1998 o Centro Cultural Sergio Motta, que compreende o Museu do Homem Americano (Figura 12), os laboratórios de análises (Figura 13) de fósseis, líticos, cerâmicas e de biologia, os escritórios administrativos, o centro de documentação, a biblioteca, o auditório, o anfiteatro e as reservas técnicas. Os recursos que proporcionaram a construção do Centro Cultural Sergio Motta vieram de doações do Governo Francês, que ainda disponibiliza verbas para a continuidade das pesquisas.

Também está na lista de benefícios dos trabalhos desenvolvidos pela FUMDHAM a instalação de universidades públicas para a região de São Raimundo Nonato, principalmente a Universidade Federal Vale do São Francisco (UNIVASF), que instituiu o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, um dos primeiros do Brasil.

Figura 12: Museu do Homem Americano



Fonte: fumdham.gov.br

Figura 13: Laboratório de Análise do Centro Cultural Sergio Motta



Fonte: fumdham.gov.br

Em conjunto com as diversas ações da FUMDHAM está a viabilidade da construção do aeroporto Internacional da Serra da Capivara, que, em parceria com o IBAMA, há 17 anos captou recursos federais para a construção do mesmo. O intuito seria, em conjunto com os equipamentos turísticos já existentes nas cidades de entorno, e com a infraestrutura de acesso e visitação ao parque já consolidada, trazer um contingente maior de turistas à região, diminuindo custo e tempo de deslocamento. Sua arquitetura segue o modelo da pintura rupestre que representa a marca da FUMDHAM, possui um campo de pouso com 1.200m de comprimento, habilitado para receber somente pequenos aviões.

Ressalta-se que o aeroporto internacional foi inaugurado em 27 de outubro de 2015, mas sua cobertura asfáltica possui irregularidades, impossibilitando a

aterrissagem de equipamentos aéreos de porte médio ou grande, somente de aviões pequenos. O recebimento de voos só pode ser feito durante a luz do sol, pois não possui torre e iluminação na pista.

Figura 14: Vista aérea do aeroporto, com imagem de uma pintura rupestre, marca da FUMDHAM



Fonte: saoraimundo.com

No contexto do PNSC, existiu um acordo de cogestão entre o IBAMA e a FUMDHAM, a partir de 1986, mas muito genérico e sem definição específica das responsabilidades de cada órgão. Após mais uma crise financeira anunciada em 2016 pela FUMDHAM, o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, fechou acordo de gestão compartilhada com os principais órgãos envolvidos no processo de proteção do patrimônio natural e cultural do parque, criando o Comitê Permanente de Acompanhamento e Gestão.

Em 25 de janeiro de 2017, em Teresina/PI, assinaram o acordo o ICMBio, o Ministério da Cultura, o IPHAN, o Governo Estadual do Piauí e a FUMDHAM. Em tal acordo ficaram definidas as responsabilidades de cada instituição, contudo, o ICMBio e a FUMDHAM possuem termo de cogestão. No quadro demonstrativo abaixo está expressa a responsabilidade de cada uma das duas instituições, visto que ambas possuem especificidades para a realização das suas obrigações.

Quadro 3: Responsabilidades de cada instituição

Categorias	Órgãos	
	ICMBio	FUMDHAM
Proteção	Fiscalização ambiental, contratação de brigada para prevenção e combate aos incêndios florestais, atendimento às denúncias de crimes ambientais no território da Unidade, contratação e manutenção de vigias nas guaritas do Parque;	Contratação e manutenção das 'guariteiras' como agentes de recepção e controle nas guaritas do Parque;
Gestão Socioambiental	Conselho consultivo, atividades de educação ambiental, integração com o entorno, palestras e capacitações	Acompanhar as atividades do Conselho Consultivo do Parque, elaboração de material informativo, palestras e capacitações.
Uso Público	Monitorar a visitação e a satisfação dos visitantes, sinalização, cadastrar e capacitar guias e condutores;	Sinalização dos atrativos abertos à visitação e manutenção das placas;
Regularização Fundiária	Instrução e condução de processos administrativos para regularização fundiária da Unidade;	-
Pesquisa	Gerenciar as pesquisas no SISBIO, para que pesquisadores solicitem autorizações para seus estudos.	-
Infraestrutura	-	Reformas e manutenção das estruturas de visitação e guaritas do Parque;
Conservação dos Sítios Arqueológicos	-	Equipe qualificada em técnicas de restauração e conservação dos sítios arqueológicos;
Conservação e manutenção das estradas	-	Equipe para manutenção e limpeza das vias internas do Parque;

Fonte: adaptada do Guia do Participante - Oficina de Elaboração do Plano de Manejo (ICMBio – 2017).

No ano de 2017, o ICMBio reestabeleceu o Conselho Diretor do Parque Nacional Serra da Capivara e tem promovido oficinas de capacitação para a revisão do Plano de Manejo¹² do mesmo, no entanto é importante ressaltar que o escritório do ICMBio, em São Raimundo Nonato, ainda possui um quadro insuficiente para gerir o Mosaico de Unidades de Conservação com quase 1.500 hectares, além de prover suas obrigações de fiscalização, de combate à caça e à incêndios.

¹² De acordo com a Lei nº 9.985/2000 – SNUC, o Plano de Manejo é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais ..., Um plano de manejo serve como referência fundamental para as decisões de manejo e planejamento em uma UC do sistema federal.

4. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (RSL)

Os processos de pesquisa na atualidade incitam, cada vez mais, a necessidade por metodologias mais eficientes e que traduzam estudos em comunicações mais eficazes. Diante da globalização e do número considerável de repositórios de pesquisas, é preciso que as metodologias se configurem em ferramentas para que os estudos tragam maior destaque e reconhecimento aos seus pesquisadores.

A revisão sistemática de literatura consiste em um método contemporâneo para avaliação simultânea de um conjunto de dados. A área da saúde é a que mais se utiliza dessa metodologia, posto ser a forma mais rápida de atualização de estudos já desenvolvidos. Com a eficiência da metodologia, a RSL extrapolou a área da saúde e conquistou outras áreas do conhecimento, pois trata-se de um planejamento estratégico de verificação de documentos produzidos cientificamente, onde os passos principais são a seleção, análise prévia, aceite, descarte e avaliação crítica dos mesmos.

Sampaio e Mancini (2007, p. 87) indicam que:

Esse tipo de estudo serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área. [...] Uma revisão sistemática requer uma pergunta clara, a definição de uma estratégia de busca, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos artigos e, acima de tudo, uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada.

Para o melhor andamento da pesquisa, segundo Castro (2010), é necessário conhecimento em várias áreas específicas, como a informática e a estatística, além de conhecimento em outras línguas, já que em determinadas áreas do conhecimento, como na área médica, é importante que se domine o inglês.

Castro (2010, p. 1-2) ressalta que a preparação e manutenção de uma revisão sistemática da literatura (RSL) envolve sete etapas: a) formular o problema, b) localizar e selecionar os estudos, c) avaliar a qualidade dos estudos, d) coletar dados, e) analisar e apresentar os resultados, f) interpretar os resultados e g) melhorar e atualizar as revisões. Entretanto, de acordo com pesquisas na área de gestão (CAIADO *at al.*, 2016, p. 3), a RSL consiste em cinco fases consecutivas: (1) formulação da questão; (2) localização dos estudos; (3) avaliação e seleção dos estudos; (4) análise e síntese; e (5) relato e uso dos resultados.

Esse método de pesquisa, amplamente aplicado em trabalhos como tese de doutorado e livre-docência, é também aceito por revistas de alto teor de rigorosidade por indicar vantagens na sua utilização, além de confiabilidade. Assim, são descritos alguns pontos fundamentais: a) a metodologia pode ser reproduzida em diversas áreas, portanto confere cientificidade; b) ao analisar um certo número de trabalhos, orienta caminhos para outros pesquisadores, descartando duplicidade de trabalhos; c) percebe discursos variados, podendo classificá-los e buscar suas origens; d) não leva em consideração uma quantidade específica de trabalhos analisados, e sim a rigorosidade na análise dos casos estudados; e) permite o exame de longos períodos, antecipando estudos para próximas décadas; f) determina em que segmentos existem lacunas para a orientação de novas pesquisas, economizando recursos, e; g) auxilia em decisões para políticas públicas.

Para este trabalho de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), o foco esteve nos encaminhamentos de Caiado *et al.* (2016) quanto às etapas de execução da pesquisa. Essas etapas foram: formulação da questão, localização dos estudos, avaliação e seleção dos estudos, análise e síntese, e relato e uso dos resultados.

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo geral

Realizar revisão sistemática de literatura sobre estudos a respeito de ações relacionadas ao patrimônio cultural e à educação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara.

4.1.2 Objetivos específicos

- a. Levantar, junto a alguns repositórios, literatura sobre a temática proposta;
- b. Identificar os estudos selecionados sobre a temática;
- c. Sintetizar os estudos produzidos sobre a temática.

5. METODOLOGIA

5.1 Desenho do Estudo

Nesta seção, aborda-se a metodologia adotada. É importante ressaltar que a escolha comunga com a necessidade de respostas às questões norteadoras, identificadas no início deste trabalho.

Foi realizada uma revisão sistemática de estudos que envolvem os temas patrimônio cultural, educação patrimonial e Parque Nacional Serra da Capivara. Para a realização dessa revisão sistemática, algumas questões foram elencadas como foco principal para o direcionamento do trabalho: de acordo com os trabalhos selecionados, como é percebida a temática sobre patrimônio cultural e educação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara? Como foram veiculadas essas pesquisas? Quais as formações dos profissionais que realizaram essas pesquisas? Existe nos estudos relatos de aplicabilidade de práticas?

5.2 Estratégia de busca e seleção dos trabalhos

Direcionada pelos conceitos de Caiado *et al.* (2016), que discutem o método investigativo, a pesquisa incluiu ampla varredura nas bases de dados indicadas, incluindo artigos, dissertações e artigos que viraram capítulos de livros, os quais abordam os temas patrimônio cultural, educação patrimonial e Parque Nacional Serra da Capivara. Embora exista uma ampla literatura sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, não foram encontrados trabalhos no Brasil de revisão sistemática sobre os temas indicados nesta pesquisa.

Conforme já mencionado, a proposta desta pesquisa é realizar uma análise crítica sobre o tema patrimônio cultural e educação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara, e ter a compreensão da temática proposta nos trabalhos selecionados. Para tanto, leva-se em consideração os pesquisadores brasileiros. A análise preliminar da pesquisa concentra-se em dois momentos: estratégia de busca e estratégia de seleção.

Para a **estratégia de busca** dos documentos, buscou-se o uso dos seguintes descritores: educação patrimonial, patrimônio cultural e Parque Nacional Serra da

Capivara. Inicialmente, para que a pesquisa tivesse, em sua maioria, documentos internacionais, utilizou-se o repositório RCAAP (Repositório de Acesso Científico Aberto de Portugal). No entanto, durante a busca nesse repositório, utilizando os descritores propostos, foram encontradas somente cinco páginas com 49 documentos, onde somente quatro encaixavam-se na pesquisa. Por esse motivo, resolveu-se alterar a estratégia para a busca em repositórios brasileiros, como o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e o do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo – CRUESP, que congrega os documentos das três maiores universidades paulistas (USP, UNESP e UNICAMP). A finalidade foi promover uma busca mais minuciosa. Caso o trabalho demonstrasse possibilidades de encaixe, a busca seria efetuada diretamente nos *sítes* das revistas científicas especializadas.

O repositório CRUESP apresentou depósito de trabalhos relacionados principalmente com os estudos na área de saúde ou de arqueologia laboratorial. Logo, o CRUESP foi excluído e inserido o **Google Acadêmico** como ambiente de pesquisa. É importante reforçar que todos os trabalhos foram coletados após a submissão das palavras-chave nos buscadores dos repositórios.

No quadro a seguir apresenta-se a estratégia de busca dos trabalhos por repositório escolhido (Google Acadêmico e CAPES).

Quadro 4: Apresentação dos termos buscadores

Resultados de Busca, revisão dos trabalhos e trabalhos inclusos						
Pesquisa com os buscadores	Resultados de Busca em bases de dados		Trabalhos relevantes para revisão completa		Trabalhos inclusos	
	Google Acadêmico	CAPES	Google Acadêmico	CAPES	Google Acadêmico	CAPES
Parque Nacional Serra da Capivara	1.230	99	0	0	0	0
Patrimônio Cultural; Parque Nacional Serra da Capivara	2.280	20	0	0	0	0
Educação Patrimonial; Parque Nacional Serra da Capivara	1.860	1	4	0	4	0
Patrimônio Cultural;	617	1	35	1	4	2

Resultados de Busca, revisão dos trabalhos e trabalhos inclusos						
Pesquisa com os buscadores	Resultados de Busca em bases de dados		Trabalhos relevantes para revisão completa		Trabalhos inclusos	
	Google Acadêmico	CAPES	Google Acadêmico	CAPES	Google Acadêmico	CAPES
Educação Patrimonial; Parque Nacional Serra da Capivara						
Sub-Total	5.987	121	39	1	8	2
Total	6.108		40		10	

Fonte: elaborado pela autora.

Como **estratégia de seleção** dos documentos e após a busca dos trabalhos através dos descritores propostos (palavras principais), foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão para posterior análise. No quadro a seguir estão elencados os critérios e as razões de inclusão e exclusão dos trabalhos coletados.

Quadro 5: Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de INCLUSÃO		
Nº	Critérios	Razões de Inclusão
1.	Trabalhos que, em seu corpo, demonstrassem discussões a respeito de pelo menos uma entre as duas palavras-chaves: educação patrimonial e, patrimônio cultural, em conjunto com a palavra-chave: Parque Nacional Serra da Capivara. Por exemplo: educação patrimonial e parque nacional serra da capivara, ou patrimonial cultural e Parque Nacional Serra da Capivara.	Foi percebido que se na busca não constasse pelo menos 1 dos dois temas (Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural), em conjunto com o termo Parque Nacional Serra da Capivara, a seleção seria feita de forma muita abrangente e sem a seleção necessária para a análise, assim decidiu-se utilizar pelo menos 1 termo principal em conjunto com o termo Parque Nacional Serra da Capivara.
2.	Trabalhos que foram feitos e contemplavam o tema desta dissertação: Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara, mesmo que não demonstrassem no título, ou palavras-chaves.	Relevância para a pesquisa.
Critérios de EXCLUSÃO		
Nº	Critérios	Razões de Exclusão
1.	Documentos que, em seu corpo, trouxessem somente citações a respeito do tema (educação patrimonial, patrimônio cultural e Parque Nacional Serra da	Os termos utilizados de forma individualizada não resultaram em trabalhos com consistência para análise.

	Capivara).	
2.	Documentos que, mesmo que trouxessem em seu corpo, os descritores elencados para busca (educação patrimonial, patrimônio cultural e Parque Nacional Serra da Capivara), divergissem das discussões principais, tal qual para a área jurídica, ou para a arqueologia laboratorial.	Os termos que se relacionam com o tema deste trabalho podem sugerir discussões em diversos âmbitos, e desta forma foram excluídos os que não possibilitassem a compreensão desta pesquisadora.
3.	Documentos que, mesmo que trouxessem em seu corpo, os descritores elencados para busca (educação patrimonial, patrimônio cultural e Parque Nacional Serra da Capivara), e capítulo sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, o contexto principal se referisse a respeito de outra localidade.	A impossibilidade de análise se deu através da falta de identificação para a localidade onde o PNSC está inserido.

Fonte: elaborado pela autora.

É importante citar que a revisão sistemática de literatura é uma metodologia cansativa, pois força o pesquisador a revisitar, por diversas vezes, cada documento, seus repositórios e periódicos. O objetivo é captar dados, além do conteúdo obrigatório para a análise dos trabalhos.

Após a utilização dos critérios de busca e seleção, montou-se o quadro abaixo com os 40 trabalhos escolhidos pelo sistema. Esses trabalhos foram submetidos, inicialmente, a uma análise prévia, a qual propiciou a seleção de dez trabalhos finais, que foram analisados com mais profundidade.

Quadro 6: Documentos selecionados

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
01	BR	Artigo	2005	A propósito da fruição e de algumas perspectivas analíticas acerca do patrimônio cultural	Sandra C. A. Pelegrini	Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 49-58,	ISSN 1415-9945 – B1 – Antropologia/Arqueologia	Educação Patrimonial	Historiadora	Excluído
02	BR	Artigo	2006	Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável	Silvia Helena Zanirato, Wagner Costa Ribeiro	Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006	ISSN 0102-0188 – A1 – Antropologia/Arqueologia	Preservação de bens patrimoniais e a natureza como patrimônio	Geógrafa, Geógrafo	Excluído
03	PT	Artigo	2006	Arqueologia pública e gestão do patrimônio cultural arqueológico brasileiro	Rossano Lopes Bastos	Revista <u>Arkeos: perspectivas em diálogo</u> , ISSN 0 873-593X, Nº. 16, 2006, págs. 11 1-126	ISSN 0873 -593X – B5 - Sociologia	O artigo aborda a perspectiva da proteção do patrimônio cultural arqueológico e a política pública que o protege.	Arqueólogo	Excluído
04	BR	Dissertação	2006	Gestão e usos do território: conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, p Piauí, Brasil.	CLAUDIA LEVY	U. Estadual de Campinas – Instituto de Geociência, Campinas, SP: [s.n.], 2006.	-	Discute a institucionalização do PNSC, e alternativas de desenvolvimento econômico para a população impactada.	Geógrafa	Incluído
05	BR	Artigo	2007	O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico	Tânia Porto Guimarães Veloso, José Euclides Alhadad Cavalcanti	Revista de Arqueologia, V. 20, p. 155-168, 2007	ISSN 0102-0420 – B2 - História	O Turismo como ferramenta de gestão do patrimônio arqueológico	Turismóloga, Turismólogo	Excluído
06	BR	Cap. de Livro	2007	Empreendimentos sustentáveis e patrimônio natural e cultural no contexto da economia solidária	Andrea Paula dos Santos	Livro Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 22, p.213-219.	ISBN 978-85-7798-004-8 - Interdisciplinar	Inserção da comunidade como cuidadora do patrimônio cultural e natural e os benefícios trazidos por estes bens.	Historiadora	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
07	BR	Artigo	2008	O turismo paleontológico no Brasil: exemplos e discussão.	ISMAR SOUZA DE CARVALHO, ÁTILA AUGUSTO STOCK DA-ROSA	Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v.66, n.1, p.271-283, jan./mar.2008	ISSN 0365-4508 - C - Biodiversidade	Turismo como Preservação do Patrimônio Arqueológico	Geólogo	Excluído
08	BR	Artigo	2008	A convenção do patrimônio mundial e o turismo: contribuições para a proteção e função social do patrimônio cultural da humanidade	Gloria Maria Widmer	Revista Eletrônica de Turismo Cultura, v.02, n.1, p. 1-17	ISSN 1981-5646 - B4 - Interdisciplinar	Preservação do Patrimônio Cultural da Humanidade	Turismo e Advocacia	Incluído
09	BR	Artigo	2008	Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação	Carlos Xavier de Azevedo Netto	Revista Ci. Inf., Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008	ISSN 1518-8353 - B1 - Interdisciplinar	Discute a relação entre informação e arqueologia, relacionadas à preservação do patrimônio	Arqueólogo	Excluído
10	BR	Artigo	2009	Educação patrimonial: um recurso para alfabetização cultural no ensino fundamental	Ilza Alves Pacheco; Icléia Albuquerque de Vargas	Revista Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 3, n. 1 abr/2009 p.92-106	ISSN 1982-1956 = B1 - Educação	Discute a educação patrimonial como recurso para o ensino de questões voltadas ao patrimônio ambiental/cultural	Pedagoga/ Geógrafa	Excluído
11	BR	Artigo	2009	Ecoturismo no parque nacional serra da capivara: trata-se de uma prática sustentável?	Raimundo Coelho de Oliveira Filho; Maria do Socorro Lira Monteiro	Revista Turismo em Análise, v.20, n.2, p. 230-250, agosto 2009	ISSN 1984-4867 - B1 - administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	O artigo analisa o ecoturismo enquanto atividade geradora de melhorias econômica, social e de preservação ambiental	Economista; Economista	Excluído
13	AR	Artigo	2010	Desenvolvimento sustentável participativo de turismo arqueológico no Brasil - formação de circuitos e roteiros não convencionais	Louise Prado Alfonso	Revista ICT-UNPA-20-2010	ISSN 1852-4516 - C - Antropologia/ Arqueologia	Discute o desenvolvimento do turismo e a inserção do patrimônio arqueológico como ferramenta de desenvolvimento.	Arqueóloga	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
14	BR	Artigo	2010	Salas temáticas: uma maneira criativa de se trabalhar arqueologia no ensino fundamental	Jocilene Gordiano Lima Tomaz Pereira	Anais do Congresso Internacional – PBL 2010, São Paulo, Brasil, 8-12 de fevereiro de 2010.	ISSN 2177-0506 – C – Educação Física	Fala sobre o ensino da arqueologia para alunos do ensino fundamental	Pedagoga	Incluído
12	BR	Artigo	2011	Panorama da arte rupestre brasileira: o debate interdisciplinar	Thiago Pereira	RHAA, nº 16, jul-dez, 2011.	Revista de História da Arte e Arqueologia - B2 - Interdisciplinar	Discute a arte rupestre como elemento de comunicação e registro do cotidiano para os povos pré-históricos.	Historiador	Excluído
15	BR	Artigo	2011	Gravados na memória: duplicação e reavaliação de dados sobre os sítios de gravuras rupestres no piauí	Amanda Caroline Carvalho de Siqueira, Ana Clélia Barradas Correia	Anais Eletrônico do evento - XX Seminário de Iniciação Científica III Seminário em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	ISSN 1518-7772	Educação Patrimonial		Excluído
16	BR	Artigo	2011	Arte na serra: educação sempre dá certo uma experiência educativa em coronel José dias – pi	Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues	Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio, v. 17, 2011, Criciúma, Santa Catarina.	ISSN 1413-8131 – C - Antropologia / Arqueologia	O processo pedagógico como ferramenta de envolvimento de comunidades nos processos de apropriação, preservação e fruição do patrimônio arqueológico	Arqueóloga	Incluído
17	BR	Artigo	2011	Turismo e a aproximação das culturas evidenciadas nas práticas de compartilhamento do patrimônio arqueológico	Fabiana Manzato; Pedro Paulo Abreu Funari	Revista Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 186-199, outubro de 2011.	ISSN 1983-5442 – B4 administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	Pretende demonstrar as práticas para a disseminação do patrimônio arqueológico através da atividade turística contribuem para a aproximação das culturas	Historiadora/ Historiador	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
18	BR	Disser tação	2011	Parque nacional serra da capivara patrimônio cultural da humanidade	ADRIANA MARIA FERREIRA MARTINS	Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.	-	O texto traz análises sobre diversos aspectos sobre o Parque Nacional Serra da Capivara	Arqueologia	Excluído
19	IT	Artigo	2012	Il patrimonio mondiale dell'umanità (unesco) e la valorizzazione dei siti "preistorici" world heritage (unesco) and "prehistoric" sites	Rossano Lopes Bastos	Annali dell'Università degli Studi di Ferrara Museologia Scientifica e Naturalistica	ISSN 1824-2707 – B4 - Volume speciale	Os programas de educação patrimonial como prática de desenvolvimento e inclusão social, tendo o turismo como destaque	Arqueólogo	Excluído
20	BR	Artigo	2012	A contribuição da geografia na criação e gestão de geoparques	Carlos Augusto de Oliveira	Revista Paisagens X – Dez, p. 53-63. Nov. 2012	ISSN 1414-1434 – C - Geografia	Versa sobre o conceito de geoparque e procura demonstrar como a Geografia pode contribuir em sua criação e gestão	Geógrafo	Excluído
21	BR	Disser tação	2012	Sítios arqueológicos de registro rupestre: gestão compartilhada e as ações de preservação do iphan no parque nacional serra da capivara e entorno – piauí, brasil	Carolina Francisca Marchiori da Luz	Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.	-	O trabalho estuda as ações de preservação desenvolvidas pelo IPHAN e pelos cogestores do PNSC, ICMBio e FUMDHAM	Historiadora	Incluído
22	BR	Tese	2012	Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social.	Louise Prado Alfonso	Universidade de São Paulo – USP, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia	-	Discute a interdisciplinaridade entre o turismo, a antropologia, museologia e a arqueologia	Turismóloga	Incluído
23	BR	Artigo	2013	Patrimônio geomorfológico e paisagem como base para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável	Adriano S. Figueiró; Antônio Avelino Batista Vieira; Lúcio Cunha	Revista CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem, Vol.8 – n.1 – janeiro/junho/2013, p. 49-81	ISSN 1980-654X - B3 - Geografia	Discute, exemplos Brasil e de Portugal, a conservação do patrimônio geomorfológico, por carregar aspectos naturais e culturais da paisagem	Geógrafo/ Geógrafo/ Geógrafo	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
24	BR	Artigo	2013	Serra da capivara: um pouco de história, num destino turístico de muita pré-história	Domingos Alves de Carvalho Júnior; Antonio Josinaldo Silva Bitencourt	Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN, 2013	ISBN 978-85-98711-11-9	Discorre sobre o fenômeno turístico como possibilidades de desenvolvimento para as regiões do entorno do PNSC	Historiador/ Historiador	Excluído
25	BR	TCC - Especialização	2013	Por uma educação contextualizada com patrimônio arqueológico em São Raimundo Nonato - PI: o caso do Parque Nacional Serra da Capivara	JAIME DE SANTANA OLIVEIRA	U. Estadual do Piauí - Educação Contextualizada No Semiárido, na Perspectiva da Educação do Campo	-	Aponta a educação patrimonial como ferramenta de educação para a preservação do patrimônio cultural	Arqueólogo/ Historiador	Incluído
26	BR	Artigo	2013	Parque Nacional Serra da Capivara e a gestão interdisciplinar das narrativas do patrimônio cultural	Luiz Gonzaga Baião Filho	CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – n. 31.1	ISBN 0102-9487 – B3 – interdisciplinar	Discute a construção histórica das narrativas interdisciplinares do patrimônio cultural.	Historiador	Excluído
27	PT	Artigo	2014	O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação	Cristiane de Andrade Buco	REVISTA ALTER IBI, Nº1, p. 34-45 2014	ISSN 2183-2927 – C – Antropologia/Arqueologia	Discute a educação patrimonial através da arte em projetos sociais desenvolvidos na região do PNSC	Licenciada em Artes	Incluído
28	BR	Artigo	2015	Turismo e direito como estratégias de preservação do patrimônio cultural arqueológico: o caso tapajônico	Anaene Dias Soares; Filipe Vieira de Oliveira	Revista Confluências Culturais, v. 4, n. 2	ISSN 2316-395X – B3 - Interdisciplinar	Discute acerca de estratégias de proteção do patrimônio arqueológico e o turismo com fonte de acesso e valoração.	Direito; Turismo	Excluído
29	BR	Artigo	2015	Sociedade, arqueologia e patrimônio: as relações de pertencimento da comunidade Zabelê com a área arqueológica do PNSC	Jaime de Santana Oliveira; Jôina Freitas Borges	Revista História Unicap, v. 2, n. 3, jan./jun. de 2015	ISSN 2359-2370 – B4 – Antropologia/Arqueologia	Discute-se as relações de pertencimento da comunidade Zabelê, com a criação do PNSC	Arqueólogo/ Arqueóloga	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
30		Artigo	2015	Essa geodiversidade... tal	Maria Márcia Magela Machado; Úrsula Ruchkys de Azevedo	Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 182-193, jan./dez. 2015	ISSN 2316-770X - B4 - Geografia	Discorre sobre o patrimônio geológico como oportunidade	Geógrafa/ Geógrafa	Excluído
31	BR	Artigo	2015	Educação patrimonial e o ensino de história das cidades	Tatiana Carrilho Pastorini Torres; Carmem Gessilda Burgert Schiavon	Revista Memore, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 52-71, jan./abr. 2015.	ISSN: 2358-0593 - B4 - Interdisciplinar	Destaca a prática do ensino da História, através da educação patrimonial	Historiadora/ Historiadora	Excluído
32	BR	Cap. Livro	Reedição em 2015	A arqueologia pública no brasil: novos tempos	Rossano Lopes Bastos	Livro <i>Patrimônio: atu alizando o debate.</i> In: MORI, V. H. et al. (Org.). São Paulo: S. R. IPHAN, 9. 2006. p. 155-168.	ISBN 8599542028 - (brochura)	Discute a importância da participação da comunidade no contexto da preservação do patrimônio	Arqueólogo	Excluído
33	BR	Artigo	2015	Escavar memórias e cultura material: museu temporário de lembranças	Adriana Negreiros Campos	Anais do II Congresso Nacional de Educação, V. 1, 2015, ISSN 2358-8829		Utiliza-se da metodologia da educação patrimonial, para o ensino da história, utilizando-se do PNSC como pano de fundo.	Historiadora	Excluído
34	BR	Artigo	2015	Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial	Alessandro de Melo; Poliana Fabiula Cardozo	Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015	ISSN 1678-4626 - A2 - administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	Trata-se de um artigo de revisão de literatura, que discute a importância da relação entre educação patrimonial, concepções de patrimônio e o turismo cultural, quando aplicados.	Ciências Sociais/ Turismóloga	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
35	BR	Capítulo de Livro	2017	Arte rupestre pré-histórica: algumas medidas de conservação	Maria Conceição Soares Meneses Lage, Agnelo Fernandes de Queirós, Wellington Lage	Livro Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso / Organização: Guadalupe do Nascimento Campos e Marcus Granato. Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. P. 99-119	ISBN: 978-85-60069-77-4	Preservação Patrimonial, Patrimônio Cultural	Arqueóloga, Arqueólogo, Arqueólogo	Incluído
36	BR	Dissertação Brasil	2017	Novas perspectivas para o turismo no parque nacional Serra da Capivara/PI: as imagens rupestres do homem americano vivenciadas em uma expedição de dança	Adriana Monteiro da Silva	Universidade de Brasília	-	O trabalho reflete sobre a possibilidade de se pensar o fenômeno turístico, tendo como referência, a Expedição de Dança que ocorreu no Parque Nacional Serra da Capivara	Turismóloga	Excluído
37	BR	Artigo	2017	Turismo e arqueologia – um diálogo possível?	Laura Almeida; Ton Ferreira	Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 5, n. 1, p. 136-155, jan./jun. 2017.	ISSN 2357-8211 – B4 - Interdisciplinar	Versa sobre a conservação e preservação do patrimônio com finalidade turística	Turismóloga /Arqueólogo	Excluído
38	BR	Artigo	2017	Cartografia social no território do parque nacional Serra da Capivara – PI: mapeamento participativo retomada da territorialidade para	Marian H. Rodrigues; Jorlan S. Oliveira; Marília S. Gomes; Juliana Mercuri; Pedro C. Souza	Revista CPC (USP), São Paulo, n.24, p.56-77, ago./dez. 2017	ISSN 1980-4466 – B5 - ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	Este artigo apresenta uma experiência de mapeamento participativo e discute preservação do patrimônio cultural direcionado às populações locais que são desapropriadas.	Arqueóloga/ Historiador/ Letras/ Geógrafa/ Relações Internacionais	Excluído

Nº	País de public.	Forma de public.	Ano de public.	título	Autor (es)	Periódico de Publicação	Qualis do periódico	Tema	For. Acad. do (a) autor (a)	Status do doc.
39	BR	Cap. Livro	2017	Parque nacional serra da capivara e comunidade local: educação, valorização, fruição social e perspectivas futuras – o caso do município de Coronel José Dias, PI	Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues	Livro A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito. Criciúma, SC: UNESC, 2017. Cap. 3. DOI: http://dx.doi.org/10.18616/arq03 .	Editora UNESC - Ebook	Preservação do patrimônio cultural e a educação como cerne da habilitação do sujeito ao pensar crítico.	Arqueóloga	Incluído
40	BR	Artigo	2017	Museu integral da comunidade lagoa de São Vítor: interfaces entre museologia social, desenvolvimento sustentável e educação transformadora	Leandro Elias Canaan Mageste; Nívia Paula Dias Assis; Patrícia Muniz Mendes	Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio MAST – vol.10, no2, 2017.	ISSN 1984-3917 – B2 – Antropologia/Arqueologia/História	Discute a museologia como fator de transformação social.	Historiador; Historiadora; Historiadora	Excluído

De acordo com os dados acima demonstrados, apresenta-se uma análise preliminar sobre alguns aspectos dos documentos selecionados: foi percebida uma constância de publicações no período de 2005 a 2017, com concentrações nos anos de 2015 e 2017, e uma lacuna no ano de 2016; nota-se, também, uma diversidade na área de formação dos pesquisadores que produziram os documentos selecionados: economia, história, geografia, arqueologia, relações internacionais, artes, pedagogia, turismo, advocacia, geologia e letras; pode-se, ainda, analisar que a avaliação *qualis* dos periódicos selecionados possui baixo índice, principalmente aqueles voltados à arqueologia, público majoritário entre os pesquisadores.

Os periódicos que possuem maior índice, excetuando-se as dissertações, tese e o TCC, são as revistas de História (A1), Educação (B1), Turismo (B1) e Interdisciplinar (B1); ressalta-se, também, um número reduzido de publicações em revistas relacionadas à Educação e de trabalhos com intervenções em sala de aula (somente dois). Os dados coletados demonstram que os temas relacionados ao Parque Nacional Serra da Capivara são, em sua maioria, restritos à área da Arqueologia.

5.3 Extração dos dados

O recorte no trabalho de revisão aponta que os documentos selecionados, de um total de 40 analisados, e após adotados os critérios de exclusão, resumiram-se aos dez mais relevantes. Os trabalhos selecionados estão distribuídos em duas dissertações, uma tese, um TCC de especialização, dois capítulos de livros e quatro artigos.

Para facilitar a visualização e análise dos documentos selecionados, elaborou-se um novo quadro demonstrativo, com redução de colunas. No entanto, a numeração dos documentos continua a mesma do Quadro 6, caso o leitor necessite buscar dados que foram extraídos da planilha a seguir, como o *Qualis* do periódico, tema do trabalho e *status* de inclusão e exclusão.

Quadro 7: Documentos selecionados para análise

Nº	PAÍS DE PUBLIC	FORMA DE PUBLIC	ANO DE PUBLIC	TÍTULO	AUTOR (ES)	PERIÓDICO DE PUBLICAÇÃO	FOR. ACAD. DO (A) AUTOR (A)
04	BR	Dissertação	2006	GESTÃO E USOS DO TERRITÓRIO: CONFLITOS E PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ, BRASIL	CLAUDIA LEVY	U. Estadual de Campinas – Instituto de Geociência, Campinas, SP: [s.n.], 2006.	geógrafa
08	BR	Artigo	2008	A CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL E O TURISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA A PROTEÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE	GLORIA MARIA WIDMER	revista eletrônica de turismo cultura, v.02, n.1, p. 1-17	turismo e advocacia
14	BR	Artigo	2010	SALAS TEMÁTICAS: UMA MANEIRA CRIATIVA DE SE TRABALHAR ARQUEOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	JOCILENE GORDIANO LIMA TOMAZ PEREIRA	anais do congresso internacional – pbl 2010, são paulo, brasil, 8-12 de fevereiro de 2010.	Pedagoga
16	BR	artigo	2011	ARTE NA SERRA: EDUCAÇÃO SEMPRE DÁ CERTO UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM CORONEL JOSÉ DIAS – PI	MARIANE HELENA DA SILVA GOMES RODRIGUES	Revista tecnologia e ambiente, dossiê arqueologia, ambiente e patrimônio, v. 17, 2011, Criciúma, Santa Catarina.	Arqueóloga
21	BR	dissertação	2012	SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE REGISTRO RUPESTRE: GESTÃO COMPARTILHADA E AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO IPHAN NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E ENTORNO – PIAUÍ, BRASIL	CAROLINA FRANCISCA MARCHIORI DA LUZ	mestrado profissional em preservação do patrimônio cultural, Iphan, Rio de Janeiro, 2012.	Historiadora
22	BR	tese	2012	ARQUEOLOGIA E TURISMO: SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.	LOUISE PRADO ALFONSO	Universidade de São Paulo – USP, programa de pós-graduação em arqueologia	Turismóloga
25	BR	TCC – Especialização	2013	POR UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA COM PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM SÃO RAIMUNDO NONATO - PI: O CASO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	JAIME DE SANTANA OLIVEIRA	Universidade Estadual de Piauí	Arqueólogo /Historiador
27	PT	artigo	2014	O CASO DA SERRA DA CAPIVARA, VINTE ANOS DE SOCIALIZAÇÃO DO	CRISTIANE DE ANDRADE BUCO	revista alter ibi, nº1, p. 34-45 2014	licenciada em artes

Nº	PAÍS DE PUBLIC	FORMA DE PUBLIC	ANO DE PUBLIC	TÍTULO	AUTOR (ES)	PERIÓDICO DE PUBLICAÇÃO	FOR. ACAD. DO (A) AUTOR (A)
				CONHECIMENTO ATRAVÉS DA ARTE-EDUCAÇÃO			
35	BR	capítulo de livro	2017	ARTE RUPESTRE PRÉ-HISTÓRICA: ALGUMAS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO	MARIA CONCEIÇÃO SOARES MENESES LAGE, AGNELO FERNANDES DE QUEIRÓS, WELINGTON LAGE	livro preservação do patrimônio arqueológico: desafios e estudos de caso / organização: guadalupe do nascimento campos e marcus granato.-- rio de janeiro : museu de astronomia e ciências afins, 2017. p. 99-119	arqueóloga, arqueólogo, arqueólogo
39	BR	cap. livro	2017	PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E COMUNIDADE LOCAL: EDUCAÇÃO, VALORIZAÇÃO, FRUIÇÃO SOCIAL E PERSPECTIVAS FUTURAS – O CASO DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS, PI	MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES	livro a multivocalidade da arqueologia pública no brasil: comunidades, práticas e direito. criciúma, sc: unesc, 2017. cap. 3. doi: http://dx.doi.org/10.18616/arq03 .	Arqueóloga

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Para melhor compreensão do leitor, foram feitos resumos dos textos selecionados. No decorrer desses resumos foram analisados alguns aspectos nas falas dos autores e, ao final, serão apresentadas as conclusões finais.

Gestão e Usos do Território: Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí - Brasil - (Nº 04) - Claudia Levy (Dissertação – 2006).

Este trabalho, fruto de uma dissertação, fora escrito pautado em diversos conceitos da geografia, os quais não serão aprofundados nesta seção, mas nas considerações sobre o patrimônio cultural e a educação patrimonial praticada na região do PNSC. Aliada à proposta de conservação da biodiversidade da caatinga, a gestão desse território de reserva encontra nas atividades relacionadas ao turismo uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social, bem como de educação patrimonial.

Recebe destaque a entrevista realizada com Cristiane Buco, indicada nesse trabalho analisado como funcionária da FUMDHAM desde 1992, administradora do projeto Pró-Arte (projeto de arte e educação desenvolvido pela FUMDHAM) e diretora do escritório técnico do IPHAN em São Raimundo Nonato. Os relatos da entrevistada são importantes para mapear as informações sobre os projetos desenvolvidos pelos órgãos oficiais e pela FUMDHAM.

A autora descreve, através das entrevistas, que a FUMDHAM se empenha em projetos educacionais desde o final da década de 1980, com a intenção de desenvolvimento na área da educação patrimonial, tanto cultural quanto ambiental. No entanto, e de acordo com ela, era muito mais no sentido assistencialista de prover saúde e alimentação para as crianças que foram beneficiadas à época, através dos Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs).

Conforme a pesquisa, a FUMDHAM foi a principal instituição a desenvolver projetos de educação para o patrimônio na região, que são:

- Os NACs, Núcleos de Apoio a Comunidade – no início, esses núcleos trabalhavam com a promoção da saúde, através de parcerias com a FIOCRUZ, às comunidades beneficiadas. O trabalho não cita onde esses núcleos foram instalados.

- Foram construídos cinco imóveis que serviram de escola para a população, onde a FUMDHAM recebia recurso do Ministério da Educação e de órgão internacionais para a viabilidade dos projetos educacionais. O trabalho não cita onde foram instalados esses imóveis;

- Projetos de “atividades produtivas autossustentáveis como ocupação e geração de renda”, de apicultura e de cerâmica. Hoje, diferentes de como foram concebidos, transformaram-se em empresas, as quais foram instaladas nos povoados do Barreirinhos e Sítio do Mocê.

- O Pró-Arte é um centro de educação em artes, música e atividades lúdicas no município de São Raimundo Nonato, que interagia com o Programa de Educação Patrimonial do IPHAN e com a formação de profissionais especializados. Esse centro foi instalado na cidade de São Raimundo Nonato.

Os trabalhos com educação realizados pela FUMDHAM foram finalizados no ano de 2000 por falta de recursos. No entanto, são citados até os dias atuais pelos jovens que participaram dos mesmos.

Esse trabalho tece análises sobre a territorialidade e seus conflitos, que não é o foco desta pesquisa, mas algo chama a atenção no parágrafo abaixo descrito, posto que a análise da autora, em 2006, ainda é percebida em 2018 por esta que analisa, influenciando na relação com o atual órgão oficial de gestão, o ICMBio.

O trabalho explica que a cogestão, por meio de uma organização sem fins lucrativos, permite o enfoque social do órgão oficial à época, o IBAMA, porém, facilita a omissão do mesmo, permitindo a centralização e intervenção da cogenitora, a FUMDHAM, evidenciando um certo domínio privado do Parque por parte desta.

A Convenção do Patrimônio Cultural e o Turismo: contribuições para a proteção e função social do Patrimônio Cultural da Humanidade (Nº 08) - Gloria Maria Widner (Artigo – 2008).

As considerações sobre este trabalho pautam-se principalmente nos conceitos de patrimônio cultural, nas indicações para sua proteção e no turismo como atividade que se utiliza dos bens culturais para desenvolver-se. No entanto, chama a atenção para a importância da atividade ser praticada com preceitos de sustentabilidade, além de demonstrar a interdisciplinaridade entre direito e turismo, com vistas à proteção do bem patrimonial e seu ordenamento.

Refere-se à Convenção do Patrimônio Mundial, documento jurídico produzido pela UNESCO, em Paris, em 1972. Discorre sobre a necessidade de proteger bens culturais e naturais de excepcionalidade para a comunidade mundial, porém, refere-se aos bens culturais materiais, apesar de citar naturais.

É importante salientar que na época o conceito de patrimônio cultural imaterial ainda não havia sido construído, mas foi através desses novos preceitos que as futuras ideias foram sendo discutidas ao longo dos anos.

O Parque Nacional Serra da Capivara é colocado como referência de bem cultural, exalta seus achados arqueológicos e a inserção da comunidade nas atividades econômicas, além dos benefícios da utilização racional do patrimônio cultural da humanidade. É importante ressaltar que o turismo é visto, nesse trabalho, e como já citado no corpo desta RSL, como propulsor de desenvolvimento e de educação patrimonial através da atividade de condução de visitantes aos sítios arqueológicos.

Salas Temáticas: uma maneira criativa de se trabalhar - (nº 14) - Jocilene Gordiano Lima Tomaz Pereira (Artigo – 2010).

Esse artigo, que utiliza o método de estudo de caso, teve como objetivo analisar uma experiência concreta de quatro salas temáticas construídas a partir do seguinte problema: como ensinar, de forma competente, conteúdos específicos de Arqueologia para alunos do Ensino Fundamental? O artigo foi elaborado por um grupo de acadêmicos do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Vale do São Francisco (UNIVASF), com uso da técnica de Resolução de Problema (RP), inspirada na experiência da USP Leste (2005), conforme autores. Os resultados apontaram que as salas temáticas propiciaram aprendizagem significativa e

contextualizada tanto para os alunos do ensino fundamental quanto para os alunos do Curso de Arqueologia. Esses alunos, ao planejarem e executarem a atividade, vivenciaram a transformação prática do conhecimento.

Este artigo refere-se a uma experiência educativa em sala de aula, chamada de salas temáticas, onde foram utilizados os conhecimentos da arqueologia para ensinar alunos do ensino fundamental quanto ao patrimônio encontrado no Parque. A motivação do trabalho partiu das pesquisas que demonstravam o distanciamento dos alunos para com o Parque Nacional Serra da Capivara. Conforme a autora, “o termo salas temáticas é aqui proposto como uma organização espacial estruturada com fins didático-pedagógicos a partir de um eixo temático, de um conteúdo e/ou de um problema”.

A proposta foi montada a partir de quatro temas (quatro salas temática), com quatro turmas do 9º ano de duas escolas públicas do município de São Raimundo Nonato, totalizando 156 alunos. As salas dividiam-se em:

- O que é Arqueologia?;
- O diálogo da Arqueologia com as outras ciências;
- Preservação Patrimonial;
- Conhecendo o Parque Nacional Serra da Capivara.

Esse artigo, em especial, não cita o nome educação patrimonial, no entanto traz um dos conjuntos de buscadores (Patrimônio Cultural + Parque Nacional Serra da Capivara) e relata um processo de educação patrimonial com alunos do ensino médio da cidade de São Raimundo Nonato, cidade do entorno do PNSC. O artigo demonstra, de maneira criativa e sistematizada, que a educação patrimonial pode ser direcionada para diversos públicos, promovendo melhorias no ensino-aprendizagem.

Arte na Serra: Educação Sempre dá Certo - uma experiência educativa em Coronel José Dias - PI - (Nº 16) - Marian Rodrigues (Artigo - 2011).

O texto consiste em registrar um processo de ensino-aprendizagem (educação patrimonial), utilizando o patrimônio cultural arqueológico como subsídio para tal. São realizadas oficinas culturais, experimentação didática e visitas aos sítios arqueológicos

com o intuito de desenvolver os princípios basilares da educação patrimonial, que são o conhecimento e a apropriação da comunidade. O trabalho foi executado no município de Coronel José Dias, entorno do PNSC, para um público infanto-juvenil.

O foco do trabalho chama a atenção, porque o mesmo foi elaborado a partir dos pressupostos da educação patrimonial, que são “promover uma integração, pertencimento, apropriação, salvaguarda e fruição social”. O artigo demonstra a importância de desenvolver ações “compartilhadas e integradas, feitas com a comunidade e não para a comunidade”, conforme a autora.

Ademais, o artigo pauta-se na educação para a preservação do patrimônio cultural, estando firmemente contextualizado no aporte de inserção da comunidade como ator principal no processo de proteção do patrimônio cultural encontrado na região, em especial o patrimônio material (acervo arqueológico) e o patrimônio imaterial, tão fortemente subjugado na região. Reafirma o processo educativo como ferramenta primordial para a preservação do patrimônio e como medida de sensibilização das comunidades.

O contexto do projeto se passa em Coronel José Dias, que foi emancipada e separou-se da cidade de São Raimundo Nonato (a mais estruturada da região). Está localizada no entorno do PNSC, com um pouco mais de 4.500 habitantes, sendo a maioria da população rural. Esse município é o mais próximo dos atrativos mais visitados, no entanto, sua infraestrutura é precária e a estrutura turística é bem tímida. Nesse município foram iniciadas as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no PNSC, pela missão franco-brasileira.

Dentro dessa perspectiva, a autora reafirma por várias vezes, tanto com seu próprio pensamento quanto sustentada por pensamentos de autores do tema, que o caminho para a preservação do patrimônio cultural é a educação, seja dentro ou fora das salas de aulas. Ela utiliza diversos métodos e técnicas para atingir o objetivo, mas, acima de tudo, compactua com a comunidade o caminho que será percorrido.

Faz-se necessário, de acordo com a autora, investir na educação para transformar uma comunidade e construir atitudes mais positivas de bem-estar social em harmonia com a natureza. Pautado nessas premissas nasceu o projeto “Arte na Serra”,

com o intuito de propor novas formas de olhar o espaço, direcionando a comunidade à preservação.

O conceito abordado é o de arqueologia da comunidade, que engloba o conhecimento das origens e desenvolvimento das sociedades humanas, tema dos estudos desenvolvidos na região. Essa abordagem permite aos educandos distinguir suas bases culturais, bem como seu papel de homem social. Nesse sentido, a arqueologia também precisou se moldar às novas perspectivas, pois estudar e dar voz à sociedade é tão importante quanto dar significado aos achados arqueológicos. Um objeto por si só não faz história se não estiver atrelado à sociedade na qual pertence. Logo, é através da educação patrimonial que o sujeito comum pode se reconhecer no discurso arqueológico.

O projeto desenvolvido foi patrocinado por edital do Programa BNB de Cultura no ano de 2011 e tinha como objetivo principal envolver o público no universo da arqueologia, discutir conceitos sobre patrimônio cultural e despertar o sentimento de pertença e apropriação do patrimônio cultural local. Consistiu na realização de oficinas para um público entre 7 e 16 anos, capacitando 300 jovens. Segundo a autora, o projeto referia-se a 42% da população jovem nessa faixa etária, sendo considerado um número excelente.

A realização se deu através de parcerias com a Secretaria de Educação do município, especialistas (arqueólogos e historiadores) e condutores de visitantes do Parque Nacional Serra da Capivara, todos voluntários. Sua execução dividiu-se em três etapas que consistiu em: I – oficinas culturais, II – experimentação didática, e III – acessibilidade e fruição. As etapas tinham início com palestras sobre os principais conceitos e atividades desenvolvidas pelos pré-históricos. Em seguida, os alunos manipulavam componentes de pintura, pedras e cerâmica, e, por fim, o contato direto com o patrimônio arqueológico, visitando um circuito turístico no PNSC.

A autora é arqueóloga, como a maioria dos autores que escreve sobre o PNSC enquanto bem patrimonial, assim como quando se referem ao patrimônio cultural, no caso os achados arqueológicos. A diferença desta é o fato de que o foco principal desse relato e os pensamentos desenvolvidos pela mesma estão direcionados ao

envolvimento da comunidade, construindo em conjunto o percurso educativo e permitindo o aflorar do pertencimento.

Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil - (Nº 21) - Carolina Francisca Marchiori da Luz (Dissertação – 2012).

Esta pesquisa, finalização do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural oferecido pelo IPHAN, relata questões sobre as iniciativas de proteção e socialização desenvolvidas pelo IPHAN no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno, no período de 2001 a 2007. A pesquisa também aponta questões sobre a gestão compartilhada entre ICMBio e FUMDHAM, em cooperação com o IPHAN.

Os relatos apontam as especificidades dos “registros rupestres”, que não podem ser confundidos com “pinturas rupestres”, pois estes são todas as ações desenvolvidas em locais rochosos (gravuras, pinturas, inscrições, etc.). Há, ainda, a dificuldade de conservação, posto as diversas variantes que o cercam (localização, exposição, intempéries, etc.). Dessa forma, indica as principais legislações que tratam dos achados arqueológicos (já trabalhados no item 1.1, desta RSL) e, ao mesmo tempo, localiza a posição do IPHAN como órgão federal responsável pela proteção do patrimônio cultural. Nesse caso, o material faz referência aos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara.

O IPHAN, em 2012, com sua estrutura reduzida e mão de obra escassa, ficou impossibilitado de cumprir, efetivamente, as suas obrigações em âmbito nacional. Por isso, ao referir sobre as unidades de conservação de proteção sustentáveis, onde o homem pode usufruir de maneira consciente, o IPHAN se apoia nas iniciativas de ONGs e proprietários particulares que se habilitam a investir recursos para a proteção do patrimônio cultural. Contudo, as unidades de conservação de proteção integral mais abrangentes, onde o homem não pode intervir, e que demandam mais recursos humanos e financeiros, sofrem com a falta de manutenção.

A autora destaca que o papel da comunidade do entorno é de fundamental importância para a preservação desses ambientes, e que sua exclusão interfere diretamente na gestão dos mesmos.

A pesquisa aponta que o processo de gestão deveria ser compartilhado com a sociedade civil, mas que acaba recaindo sobre os órgãos federais, pois estes ficam em um jogo de transferência de responsabilidades entre eles (IPHAN, IBAMA e ICMBio). É importante dizer que os registros pré-históricos são sensíveis no que tange ao seu desaparecimento, visto que sofrem com as ações naturais e a degradação humana. Faz-se limiar a necessidade dos cuidados com a sua conservação para gerações futuras.

Nos parágrafos seguintes, o texto mostra explicações mais técnicas sobre arqueologia e a divisão das diversas categorias em que podem ser encaixados os registros rupestres, principalmente as pinturas. Da mesma forma como descreve as políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural arqueológico e a cogestão entre ICMBio, FUMDHAM e IPHAN, ressalta também a criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara, presidido pelo ICMBio, e que dá apoio à gestão das instituições, servindo de órgão consultivo. O objetivo principal é direcionar seus esforços para os processos educativos, visando a maior participação das comunidades junto ao processo de gestão do patrimônio existente na região.

Em contrapartida ao dito pela autora do texto em análise, o conselho, mesmo que constituído, pouco agiu durante os anos que se passaram, sendo retomado no final de 2017, com a chegada da especialista ambiental Luciana Nars, designada como Chefe do Parque Nacional Serra da Capivara, após mais uma troca de chefia. O conselho reúne-se através de uma agenda previamente estabelecida, que culmina em oficina de imersão por cinco dias no mês de agosto, a qual se destina à construção do Plano de Manejo que está vencido. Para essa oficina, além dos representantes do conselho, também fazem parte os representantes das comunidades do entorno do PNSC, que foram escolhidos através de reuniões organizadas pelo ICMBio, com a presença de conselheiros. A autora desta RSL é conselheira titular, representando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauá – IFPI.

O texto discorre sobre quatro projetos voltados à preservação, à conservação e à proteção dos sítios de registro rupestre na Serra da Capivara e seu entorno, financiados pelo IPHAN. No entanto, são projetos técnicos, pois o objetivo desse trabalho em análise foi o levantamento de ações de preservação promovidas pelo IPHAN. Somente um dos quatro projetos desenvolvidos pelo IPHAN, “Patrimônio Cultural Acessível a Todos”, que destinou recursos à manutenção das estruturas físicas de acesso e visitação, com preparação de acessibilidade para 16 sítios destinados às pessoas com dificuldade de locomoção. Somente esse projeto previu recursos para a promoção de educação patrimonial, resultando nas seguintes ações: criação do folder “Parque Nacional Serra da Capivara – Acessível a todos” e da cartilha “Patrimônio Cultural: O que é, como preservar?”. Ambos são distribuídos nas escolas dos municípios.

Arqueologia e Turismo - sustentabilidade e inclusão social - (nº 22) - Louise Prado Alfonso (Tese – 2012).

Este trabalho de conclusão de doutorado tenta estabelecer o turismo como propulsor de educação patrimonial arqueológica. Nem sempre o termo educação patrimonial é citado como processo educativo, mas, no decorrer dos trabalhos, percebem-se as ações voltadas para tal. A pesquisadora estabelece a interdisciplinaridade entre arqueologia e turismo, com o objetivo de “descolonizar a arqueologia”, fazendo-a cumprir com seu papel social e buscando as contribuições da Antropologia e Museologia.

A metodologia utilizada é o estudo de caso, que tenta criar um parâmetro sobre o turismo arqueológico, utilizando-se dos bens patrimoniais que demonstram as possibilidades de sustentabilidade e inclusão social nas comunidades envolvidas.

Foram estabelecidos destinos com potencial arqueológico para o turismo, entre eles o Parque Nacional Serra da Capivara, o qual se mostra habilitado por possuir potencial histórico, cultural e ambiental devido ao grande número de sítios arqueológicos encontrados na região.

Quanto aos relatos sobre o processo de educação patrimonial desenvolvidos com o PNSC, identifica-se que estes são incipientes, pois são demonstrados em termos

bem gerais, citando os mesmos projetos já descritos anteriormente e efetuados pela FUMDHAM (fundados em 2000) e IPHAN (fundados em 2010).

A parte relevante neste trabalho, e que se diferencia dos demais, é o fato de trazer os aspectos interdisciplinares para o ensino através dos bens culturais encontrados no PNSC. Além disso, ressalta o turismo como ferramenta de disseminação do conhecimento, educação de públicos e propulsor de conscientização conservacionista.

Por Uma Educação Contextualizada com Patrimônio Arqueológico em São Raimundo Nonato - PI: o caso do Parque Nacional Serra da Capivara - (nº 25) – Jaime de Santana Oliveira (TCC - Especialização – 2013).

O referido estudo, realizado em 2013, efetivou-se em escolas públicas do município de São Raimundo Nonato, concentrando-se no ensino fundamental maior (6º ao 9º anos). Seu objetivo foi discutir a educação patrimonial praticada na região, com foco no patrimônio cultural arqueológico, tendo em vista a proximidade com o Parque Nacional Serra da Capivara. Justifica-se pelo fato de que o autor acredita que a Educação Patrimonial proporciona a valorização do patrimônio sociocultural. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e as entrevistas estruturadas. O autor é arqueólogo e historiador.

Este trabalho discute fortemente a importância da Educação Patrimonial para a preservação da cultura material e imaterial das sociedades, bem como a importância na construção da identidade do sujeito. Em certo contexto, produz mais efeitos de significância e pertencimento.

Aborda o tema educação patrimonial como possibilidade de motivar o corpo discente a ter interesse em conhecer conceitos que lhes levem a conhecer o passado, algo tão fortemente trabalhado na região do entorno do parque, mas que, às vezes, está distante das escolas e do ensino em salas de aulas.

Identifica a cidade de São Raimundo Nonato em meio a uma economia agrária, que se desenvolveu de forma tardia por estar localizada em meio ao sertão piauiense. A cidade carrega consigo todas as problemáticas de uma região do interior, pobre e

sertaneja. Contudo, por ser uma cidade mais estruturada do que as outras que se encontram no entorno, é o polo de ensino mais desenvolvido da região, recebendo os alunos que vivem no entorno.

Direciona seus estudos para a importância da educação contextualizada com o ambiente patrimonializado e para com os achados arqueológicos encontrados na região. Essa é uma importante ferramenta de proteção e conservação, que deve ser contextualizada com a educação nas escolas da região. Outro aspecto importante é que a proposta desse autor é sobre a educação patrimonial desenvolvida fora do ambiente escolar, portanto, em aulas passeio.

Dentre os principais aspectos negativos encontrados na pesquisa está a prática de realizar aulas passeio, que não ocorrem com frequência. A principal informação coletada corresponde à falta de recursos e apoio na área pedagógica para organizar essas visitas. Quanto aos principais aspectos positivos estão o interesse dos professores em educar para o patrimônio arqueológico e o interesse dos alunos em conhecer as histórias que permeiam a região.

Sendo assim, destaca-se a importância, apontada pelo autor, em construir uma educação dentro de uma perspectiva que aposta na cultura como princípio norteador.

Caso da Serra da Capivara: vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação - (N^a 27) - Cristiane de Andrade Buco (Artigo - 2014).

O texto apresenta várias ações voltadas à Educação Patrimonial, com foco na qualificação e rentabilidade de comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no sertão do Piauí.

Inicialmente foram criados os Núcleos de Apoio a Comunidade, os NACs, onde eram oferecidas, além da educação básica, atividades extracurriculares em arte e meio ambiente. Tais atividades foram desenvolvidas durante anos pela FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano, uma organização da sociedade civil, de interesse público e sediada em São Raimundo Nonato. É uma das gestoras do Parque juntamente com ICMbio.

A criação do parque em 1979, por intermédio da equipe científica franco-brasileira, chefiada pela arqueóloga Niède Guidon, que realiza pesquisas na área desde os anos 1970, visava à preservação do bioma da caatinga e dos sítios arqueológicos. Por isso, surgiu a necessidade da implantação de um sistema intensivo de preservação patrimonial, destinado ao desenvolvimento econômico e social dessas comunidades. Assim foram desenvolvidas algumas ações com esse fim, entre elas a construção de cinco escolas na área do entorno do parque, as quais deram origem a um projeto de educação integral, premiado em 1995 pela UNICEF como uma das 15 melhores experiências na área pedagógica.

Visando ao desenvolvimento local, foi criado pela FUMDHAM um projeto interdisciplinar intitulado “*A interação do Homem ao seu meio, da Pré-história aos dias atuais*”, no qual diversas Instituições Nacionais e Internacionais participaram. O grupo de pesquisadores envolvidos buscava o crescimento da região e viram que a atividade economicamente mais rentável era o turismo, pois possibilitaria a preservação patrimonial e o desenvolvimento da comunidade de forma concomitante. A partir dessa constatação, investiram na capacitação dos moradores. Nos primeiros anos, o foco foi na formação básica em cinco escolas que recebiam mais de mil crianças em regime integral: pela manhã assistiam às aulas e à tarde realizavam atividades artísticas e esportivas. Todas as escolas tinham um posto de saúde com atendimento médico realizado pela FIOCRUZ, que capacitou enfermeiros locais para o trabalho preventivo de saúde.

Nos povoados onde funcionavam essas escolas, a mortalidade infantil desceu a zero. Investiram também na capacitação de professores para uma educação contextualizada. Após o fechamento das escolas, sobretudo pela falta de financiamento direto do Ministério da Educação, em 1990, o espaço de uma delas veio a se tornar a oficina de cerâmicas que produz peças com alusão às pinturas rupestres. O projeto emprega diretamente 40 pessoas da comunidade, onde parte dos funcionários foram alunos formados nos NACs.

Outro projeto de sucesso foi o Pró-Arte FUMDHAM, no início de 2000, que proporcionava atividades de arte e educação para as crianças de 6 a 12 anos, incluindo atividades em um coral, uma banda e um grupo de teatro com os jovens, bem como

aulas de artes visuais, capoeira e instrumentos musicais para os adolescentes. Nesse espaço havia o Cine Clube - Cine Art7, gerido pelos jovens da própria comunidade. Esse projeto durou até 2012 e recebeu inúmeras premiações, entre elas o prêmio em Arte-Educação, em 2001, pelo Instituto Ayrton Senna. Foi também escolhido como um dos finalistas do prêmio Cultura Viva em tecnologia social em 2006, prêmio Criança-Esperança e prêmio Itaú-Unicef regional e nacional em 2007.

As atividades de educação patrimonial voltavam-se também para o manejo ambiental do Parque, com a realização de atividades de conscientização ambiental, trabalhos de construção da infraestrutura e manutenção, empregando pessoas das comunidades mais próximas. Tais práticas deram ao Parque Nacional Serra da Capivara o título de parque com a melhor infraestrutura da América do Sul, a melhor infraestrutura de um parque arqueológico das Américas.

A autora ressalta que os trabalhos sociais que a FUMDHAM realizou desde a criação do parque foram voltados a uma Educação Patrimonial e à Arqueologia Pública, ou seja, uma arqueologia destinada à compreensão e à participação direta da comunidade local. Ademais, reforça a importância do papel da arte-educação, no caso da Serra da Capivara, como importante mecanismo de socialização do conhecimento cultural dessa região.

A autora licenciada em artes plásticas, mestre em história e doutora em quaternário, é parceira da FUMDHAM até os dias atuais. Na época foi a coordenadora do projeto. O projeto foi grandioso, como tudo que foi realizado pela FUMDHAM, mas mantinha pouco envolvimento com a comunidade na construção dos projetos. Foram projetos elaborados e executados PARA a comunidade e não COM a comunidade. Então, até os dias atuais, parte da comunidade não compreende o objetivo dos projetos, de sua execução, o motivo do fechamento das escolas e o término das ações. No entanto, essa lacuna entre o ensino e a percepção popular não desmerece a intenção e execução do mesmo, pois, nesse período, as famílias tinham o ambiente escolar como suporte em localidades carentes de escolas, trabalho e alimentação.

É preciso salientar que as informações contidas neste artigo, de forma resumida, e superficial, não são encontradas em outros artigos ou em documentos oficiais abertos ao público, posto serem de posse da FUMDHAM.

**Arte Rupestre Pré-histórica: algumas medidas de conservação - (Nº 35) -
Maria Conceição Soares Meneses Lage, Agnelo Fernandes de Queirós e
Wellington Lage (Cap. de Livro – 2017).**

O artigo apresenta uma análise técnica direcionada à arqueologia, com pesquisas que foram executadas no sítio Lagoa das Pedras Pintadas, no vale do Jaguaribe, no estado do Ceará. Ao aplicar as palavras-chaves, o texto mostrou-se apto às análises mais aprofundadas.

Como os demais, reafirma a posição dos achados arqueológicos enquanto patrimônio cultural. Para tanto, necessita de proteção e conservação, assim como demonstra no seu título. Cita que o nordeste brasileiro é um espaço fértil de sítios de arte rupestre, gravuras ou pinturas. Estas, em sua maioria, estão em bom estado, com algumas intervenções naturais, animais ou humanas. Leva-se em consideração que as intervenções humanas podem ser causadas por desgaste pela utilização dos locais visitados ou por vandalismo, o qual pode ser fruto da falta de informação e conhecimento sobre a proteção e conservação do patrimônio arqueológico.

Para o interesse desta RSL, é importante dizer que a autora principal desse trabalho em análise, Prof^a. Dr^a. Conceição Lage, é pesquisadora titular da FUMDHAM e precursora de variados estudos e pesquisas arqueológicas na área do Parque Nacional Serra da Capivara. A mesma discorre sobre o início do seu trabalho em conservação, resultando na difusão de suas técnicas para os demais sítios brasileiros.

A autora relata que, em 1981, iniciou os trabalhos de conservação na Serra da Capivara. Para os trabalhos de campo, tinha a população do entorno como suporte nas ações, posto que os mesmos possuem relação cotidiana com os sítios. Assim, treinam-se vários jovens da região para atuarem como auxiliares técnicos em conservação. Estes foram contratados pela FUMDHAM e hoje o número de auxiliares é reduzidíssimo.

Conforme já citado algumas vezes, é preciso perceber as nuances da educação patrimonial. Essa ação de aperfeiçoamento técnico demonstra claramente como essas atividades de aprendizado são corriqueiras na região. Além do comportamento das

pessoas dos principais locais beneficiados, como o Sítio do Mocó, o mais próximo do local da primeira pesquisa, o Boqueirão da Pedra Furada, guarda o bloco testemunho mais antigo.

Parque Nacional Serra da Capivara e Comunidade Local: educação, valorização, fruição social e perspectivas futuras - o caso do município de Coronel José Dias – (Nº 39) - Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues (Cap. de Livro – 2017).

Os aspectos do trabalho tratam sobre a relação entre o PNSC e a sociedade de Coronel José Dias, centrando-se na descontinuidade dos processos educacionais desenvolvidos no município. As análises envolvem os dois principais órgãos que desenvolveram atividades de educação patrimonial na região estudada, a FUMDHAM e o IPHAN.

A autora faz um breve resumo das ações educacionais por entidade e analisa sua gestão. O objetivo da autora é perceber o reconhecimento, apropriação e o desenvolvimento do olhar da comunidade no município de Coronel José Dias sobre o Parque.

A pesquisa se ateve à metodologia de estudo de caso, quando foram aplicados questionários para algumas faixas etárias, incluindo um público infante-juvenil e adulto. O foco era coletar a percepção daqueles que haviam participado do processo de criação do PNSC em Unidade de Conservação e daqueles que não possuem memória sobre o processo.

É importante ressaltar que a autora do documento nasceu e ainda reside no município de Coronel José Dias. É educadora e pesquisadora da região, e sua linha de pesquisa prioriza o olhar para a comunidade, em uma educação em consonância com a comunidade e não para a comunidade. Ela destaca que a educação patrimonial cultural precisa ser concebida através de um olhar de pertencimento, apropriação e conservação do bem cultural.

A primeira análise se deu nos projetos da Fundação Museu do Homem Americano, com base nas recomendações de seu estatuto e do plano de manejo,

ressaltando os Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs). Esses núcleos se constituíram como uma iniciativa precursora na região, em especial pela implantação do ensino profissionalizante – quatro escolas de ensino regular (1986-2000) –, do Pró-Arte – uma escola de arte-educação (2001-2010) – e de outros projetos alternativos de promoção e sensibilização do patrimônio ambiental/cultural. No entanto, por motivos diversos, esses núcleos foram desativados.

Depois foi feita a análise do programa de educação patrimonial do Escritório do IPHAN, em São Raimundo Nonato (2005-2008), que tinha como objetivo central promover uma articulação mais consistente com a comunidade local, por meio do Programa de Educação Patrimonial. Levava-se em consideração a importância de desenvolver a consciência de preservação nas comunidades do entorno.

Os resultados das análises dos programas resumem-se:

- FUMDHAM: Embora os projetos educacionais implantados no decorrer dos 24 anos dessa fundação tenham passado por um direcionamento de rupturas, descontinuidades, incompatibilidades de coordenação e não tenham sido direcionados para as pessoas diretamente afetadas pela desapropriação, a FUMDHAM cumpriu as deliberações de seu estatuto de fundação e as recomendações da UNESCO e do Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM/ICOMOS), que estabelecem a necessidade de promover ao público informações acerca de seu patrimônio.

Em Coronel José Dias, as ações educativas contribuíram para que parte de sua comunidade pudesse desenvolver, ao longo desses anos, um entendimento sobre o significado patrimonial e ambiental do Parque. Embora tenha havido esforços no início para o desenvolvimento de uma rede comunitária como fonte de renda voltada ao turismo cultural, as iniciativas não foram simétricas com a comunidade local.

- Escritório Técnico do IPHAN: Em Coronel José Dias, as ações se concentraram, majoritariamente, nas escolas, de forma esporádica e sem um plano de continuidade. As intenções educacionais são bem elaboradas e executadas, com destaque às visitas monitoradas ao Parque e ao Museu. No entanto, a estratégia de desenvolvimento ainda é descontínua, o que impossibilitou uma avaliação precisa de suas ações.

O trabalho, através de suas análises, estabelece que os programas educativos desenvolvidos pela FUMDHAM e pelo IPHAN tiveram sua contribuição a partir dos objetivos propostos. Através deles, uns obtiveram bons resultados, outros nem tanto, mas indicam a necessidade, caso sejam retomados, de adotar a ótica da gestão participativa, valorizando a localidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo final propõe considerações comuns inerentes aos textos analisados e ao consenso entre os autores, que são: os trabalhos reafirmam a excepcionalidade do patrimônio Parque Nacional Serra da Capivara; o tipo de patrimônio de que se fala, o arqueológico e os sítios arqueológicos são citados como bens culturais, assim como os achados arqueológicos e as pinturas e gravuras rupestres; os trabalhos consideram a Educação Patrimonial como ferramenta para preservação dos bens culturais; a ciência preponderante é a arqueologia, mas a interdisciplinaridade é a razão para os diversos olhares e responsável pelas diversas investidas na localidade; e a falta de estrutura dos órgãos responsáveis por sua manutenção compromete a proteção e conservação do PNSC.

Quanto à educação patrimonial desenvolvida na região do PNSC, é importante que se diga que as ações foram concentradas em regiões próximas às instalações dos órgãos oficiais de gestão IPHAN, ICMBio e FUMDHAM, como nos municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias. Não foram encontradas citações sobre os demais municípios que estão mais distantes, como João Costa e Brejo do Piauí.

Mesmo que se tenha encontrado relato das ações de educação patrimonial na região, principalmente desenvolvidas pela FUMDHAM e IPAHN, poucas são as descrições minuciosas sobre o currículo empregado. Por isso, ainda há lacuna para as seguintes questões: como eram constituídos os Núcleos de Apoio à Comunidade - NACs?; quais eram os planos formativos desses alunos?; quais eram as especificidades dos projetos pedagógicos?; quantas crianças foram atendidas?; quais foram os instrumentos de acompanhamento destas crianças para aferir a efetividade do aprendizado proposto?. Esses questionamentos serão pesquisados e respondidos em uma próxima oportunidade.

Faz-se importante ressaltar que, entre os 40 documentos previamente selecionados e depois reduzidos a 10, apenas dois artigos apresentaram uma perspectiva de intervenção na educação básica ou em sala de aula, o que evidencia uma relativa escassez em trabalhos na área. No que tange à metodologia utilizada pelo grupo de autores, as pesquisas bibliográficas e descritivas compreendem o maior

número, seguidas pelos estudos de casos, cuja formação divide-se entre arqueólogos, historiadores, turismólogos, geógrafos e licenciados em artes.

Destaca-se a necessidade e importância de propor projetos de educação patrimonial que envolvam a comunidade desde a construção da proposta até sua efetiva aplicação, fazendo com que se sintam participativos e detentores de seus espaços. Da mesma forma, a utilização da interdisciplinaridade demonstra ganho e complemento ao aprendizado.

A diversidade de olhares é importante para compreender o todo. Portanto, o olhar do arqueólogo, juntamente com o do historiador, ou mesmo com o do turismólogo, gera um alargamento no entendimento do espaço estudado, o Parque Nacional Serra da Capivara. Por esse motivo, os órgãos responsáveis devem se alinhar para o melhor aproveitamento das potencialidades da região, cumprindo com seus papéis de preservação, conservação e educação.

Quanto à metodologia utilizada neste trabalho, a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), a partir do tema Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara, indicou as palavras para os buscadores, as quais, agrupadas, foram definidas para a busca final dos documentos. Em análise superficial, 40 documentos foram encontrados. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, dez trabalhos/documentos foram selecionados, entre eles artigos, capítulos de livros, dissertações e teses.

A educação patrimonial, através do acesso ao espaço do Parque Nacional Serra da Capivara, representa a oportunidade de explorar a relação homem-espaço nas mais variadas perspectivas de análise do conhecimento humano de forma interativa, prazerosa e multidisciplinar. Em consequência, a educação patrimonial traz consigo a eminente possibilidade de preservação do patrimônio natural e cultural dos locais visitados.

É importante ressaltar que a Educação Patrimonial extrapola o ambiente escolar, utilizando-se de ambientes externos para as práticas educacionais, tais como parques ambientais, sítios arqueológicos, bairros e festejos. Toda e qualquer manifestação de significância torna-se patrimônio cultural e pode ser classificado de diversas formas: patrimônio material, imaterial, ambiental ou natural, e construído. Há ainda outras

denominações, como patrimônio arqueológico, museológico, bibliográfico, artístico, e etc.

Adotando essas discussões, o presente trabalho apresenta como conclusões as percepções pautadas nas análises efetuadas nos documentos escolhidos, cujo foco principal é o patrimônio cultural e a educação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara, assunto abordado por todos os documentos analisados.

Percebe-se a falta de planejamento estruturado para uma educação contínua. Mesmo com a menção de projetos grandiosos, há a falta de recursos econômicos para sua continuidade. Por outro lado, existem as ações de recursos reduzidos e que surtem efeito, mas que partem da iniciativa privada ou de projetos de extensão com estudantes universitários.

Conforme os documentos, não há relatos de educação patrimonial promovida pelos órgãos municipais de educação, os quais se mostram distantes dessas ações. Através de conversas informais e percepção particular, sabe-se que algum movimento nesse sentido existiu devido à postura eco-social de integrantes de algumas comunidades do entorno.

Para que o patrimônio cultural seja sustentável é necessário o envolvimento dos poderes constituídos e a participação popular no sentido de estabelecer prioridades sobre a manutenção da cultura como forma de alavancar o desenvolvimento local, garantindo o direito às gerações futuras de identificar seus próprios valores na ligação entre passado, presente e futuro. Essas gerações devem reconhecer que seu patrimônio cultural é dinâmico e exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do lugar.

Com este estudo, percebeu-se a importância dos parques nacionais como espaços de reflexão para a construção de identidades preservacionistas do meio ambiente e da necessidade de adoção de procedimentos emergenciais para o resguardo dos achados culturais e da biodiversidade. Logo, a educação patrimonial é o suporte de construção de identidades, destarte, para que esse objetivo seja alcançado, é preciso trazer para a realidade dos gestores municipais, estaduais e federais a necessidade de implementação e efetiva garantia de manutenção dos parques nacionais.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ARRUDA, Moacir Bueno. **Ecologia e antropismo na área do município de São Raimundo Nonato e Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

BACO, Hiuri Marcel. **Arqueologia Guarani e Experimental no Baixo Paranapanema Paulista: o estudo dos sítios arqueológicos Lagoa Seca, Pernilongo, Aguinha e Raguil II**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**. Brasília, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 25 mai. 2017.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 25 mai. 2017.

BRUHNS, Katianne. Projeto Teórico-metodológico de Educação Patrimonial. **Estudo do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Paisagístico da área de influência da LT 500Kv - Bateias-Ibiúna/PR-SP**. São Paulo: MAE/USP, 2004.

BRUNO, Cristina. Primeiro Capítulo - A Musealização da Arqueologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 17, n. 17, junho 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/357>. Acesso em: 10 out. 2018.

CAIADO, Rodrigo; RANGEL, Luiz Alberto; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; NASCIMENTO, Daniel. Metodologia de Revisão Sistemática da Literatura com Aplicação do Método de Apoio Multicritério à Decisão Smarter. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & INOVARSE RESPONSABILIDADE SOCIAL APLICADA, 12, 3., 2016, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: CNEG, 2016. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_002.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

CASTRO, Ademar Araújo. Revisão Sistemática e Meta-análise. **Usina de Pesquisa**. 2010. Disponível em: <http://www.usinadepesquisa.com/metodologia/wp-content/uploads/2010/08/meta1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTANTIN, Ana Cristina Chaves. Museus interativos de ciências: espaços complementares de educação? **Interciência**, Caracas, v. 26, n. 5, p. 195-200, mai. 2001. ISSN 0378-1844. Disponível em: http://www.len.ib.ufu.br/sites/len.ib.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Museus_interativos.pdf Acesso em: 14 fev. 2019.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: EDUNESP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FUMDHAM. **Parque Nacional Serra da Capivara**. Disponível em: <http://www.fumdham.org.br> Acesso em: 20 set. 2017.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechin: Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GUIDON, Niède. Patrimônio e unidades de conservação no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IAP, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999. 68 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/> Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, Marta; AZEVEDO, Júlia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**, São Paulo: Futura, 2002. p. 47-68.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Lausanne**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Parque Nacional Serra da Capivara**. 1993. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/42/> . Acesso em: 20 jun. 2018.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José M. C. **Ecologia e conservação da caatinga**. Prefácio de Marcos Luiz Barroso Barros. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003. 822 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/203/arquivos/5_livro_ecologia_e_conservao_da_caa_tinga_203.pdf . Acesso em 20 ago. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

MEDEIROS, Marta; SURYA, Leandro. A Importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0135.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. IX, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/tipologias%20ap%20no%20brasil_medeiros_2006.pdf Acesso em: 20 jun. 2017.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta de Azevedo; GARAY, Irene. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de**

Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano VI, n. 9, p. 83-93, jan. 2004. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/115> Acesso em: 22 set. 2017.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Org.). **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html> . Acesso em: 14 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Código de ética do turismo**, 1999. Disponível em: <https://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf> . Acesso em: 20 set. 2018.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, R.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan.-fev. 2007. ISSN 1413-3555. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf> . Acesso em: 01 jan. 2018.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SCHWARCZ, Liliam K. M. O Nascimento dos Museus no Brasil: 1870-1910. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1. p. 27.

SILVEIRA, Flávio L. A; LIMA FILHO, Manuel F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. In: _____ **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37- 50, jan/jun 2005.

TAYLOR, Edward Burnett. A ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural**. Tradução de Mariua Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora Ltda, 2004.

URBAN, Teresa. Parque Para o Homem Americano: Parque Nacional da Serra da Capivara. In: **Horizonte Geográfico**, jan./fev. 1998.

UNESCO. **Parque Nacional Serra da Capivara**. 1991. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/serra-da-capivara> . Acesso em: 3 out. 2016.

_____. **O Patrimônio: legado do passado ao futuro**. 2005. Disponível em <http://www.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/patrimonio-legado-passado-futuro> . Acesso em: 20 set. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A**AUTORIZAÇÃO SISBIO**

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio). Código de autenticação: 91749213

Apêndice B

Nº 241, sexta-feira, 17 de dezembro de 2010

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

179



III. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
 IV. Prefeitura Municipal de Jordão;
 V. Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF;
 VI. Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista Alto Taraucá - ASAREAT;
 VII. Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Jordão - STR;
 VIII. Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão - ASKARI;
 IX. Comunidade do Seringal Taboca/Goiaç;
 X. Comunidade do Seringal Alagoas/Nazaré;
 XI. Comunidade do Seringal Jaminawá/Massapé;
 XII. Comunidade do Seringal Maranhão/Dois Nações;
 XIII. Comunidade do Seringal Boa Vista/Santa Júlia.
 § 1º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Taraucá será presidido pelo chefe da unidade de conservação.
 § 2º O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais da Autarquia.
 Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Taraucá serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.
 Parágrafo único. O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias, contados da sua instalação.
 Art. 4º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deverá ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembleia Geral e submetida à decisão da Presidência do ICM-Bio.
 Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 128, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara - PL.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, IV do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007; Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Considerando o Decreto nº 83.548 de 05 de junho de 1979, que criou o Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo ICMBio nº 02070.004751/2010-87; RESOLVE:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, bem como ao cumprimento dos seus objetivos de criação.
 Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara será composto pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não-governamentais:
 I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;
 II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, sendo um titular e um suplente;
 III - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sendo um titular e um suplente;
 IV - Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, sendo um titular e um suplente;
 V - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, sendo um titular e um suplente;
 VI - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, sendo um titular e um suplente;
 VII - Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, sendo um titular e um suplente;
 VIII - Secretaria Municipal de Educação - Brejo do Piauí, sendo um titular e um suplente;
 IX - Associação dos Produtores Rurais da Baixa da Serra Branca, sendo um titular e um suplente;
 X - Associação dos Produtores Rurais da Serra Queixo, sendo um titular e um suplente;
 XI - Associação dos Produtores Rurais do Clemente, sendo um titular e um suplente;
 XII - Comunidade Sítio do Mocó, sendo um titular e um suplente;
 XIII - Comunidade do Alegre, sendo um titular e um suplente;
 XIV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Tamboril, sendo um titular e um suplente;
 XV - Associação Serra Vermelha, sendo um titular e um suplente;
 XVI - Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM, sendo um titular e um suplente;
 XVII - Associação dos Pequenos Agricultores dos Gerais, sendo um titular e um suplente;
 XVIII - Associação de Desenvolvimento Rural Nova Opcão, sendo um titular e um suplente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/faleconosco.html>, pelo código 00012010121700179

XIX - Comissão Pastoral da Terra - CPT, sendo um titular e um suplente;

XX - Fundação Social de Educação e Desenvolvimento Humano - FUNSEDI, sendo um titular e um suplente;

XXI - Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE, sendo um titular e um suplente;

XXII - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, sendo um titular e um suplente;

§ 1º O chefe do Parque Nacional Serra da Capivara será o representante do ICMBio e presidirá o Conselho Consultivo.

§ 2º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembleia Geral e submetida à decisão da Presidência do Instituto Chico Mendes para publicação de nova portaria.

§ 3º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional Serra da Capivara serão estabelecidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 129, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Balata-Tufari

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, IV do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007; Considerando o disposto no art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC; Considerando os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Considerando o Decreto nº 17 de fevereiro de 2005, que criou a Floresta Nacional de Balata-Tufari, no Estado Amazonas e ampliada pelo Decreto nº 08 de maio de 2008; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo ICMBio nº 02070.005468/2010-72; resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Balata-Tufari, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à gestão participativa, implantação e implementação do Plano de Manejo desta Unidade, bem como ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Balata-Tufari será composto por representantes das seguintes órgãos, entidades e organizações não-governamentais:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;

II - Serviço Florestal Brasileiro - SFB, sendo um titular e um suplente;

III - Universidade Federal do Amazonas - UFAM, sendo um titular e um suplente;

IV - Instituto de Desenvolvimento do Amazonas - IDAM, sendo um titular e um suplente;

V - Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, sendo um titular e um suplente;

VI - Prefeitura Municipal de Canutama, sendo um titular e um suplente;

VII - Câmara Municipal de Vereadores de Canutama, sendo um titular e um suplente;

VIII - Associação dos Moradores de Santa Maria Auxiliadora - ASMARÁ, sendo um titular e um suplente;

IX - Associação dos Moradores de Santo Expedito - AMSE, sendo um titular e um suplente;

X - Associação dos Moradores de Vista Alegre, Acaumá e Lua Nova - AMOVILA, sendo um titular e um suplente;

XI - Aliança para o Desenvolvimento Amazônico Sustentável - PACTO AMAZÔNICO, sendo um titular e um suplente;

XII - Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, sendo um titular e um suplente;

XIII - Associação dos Serradores e Pequenos Moveleiros de Canutama - APESEMOC, sendo um titular e um suplente;

XIV - Preliária de Canutama - CPT, sendo um titular e um suplente;

XV - Colônia dos Pescadores, sendo um titular e um suplente;

§ 1º O representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade será o chefe da Floresta Nacional de Balata-Tufari, que presidirá o Conselho Consultivo.

§ 2º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembleia Geral e submetida à decisão desta Presidência para publicação de nova portaria.

§ 3º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Balata-Tufari serão estabelecidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 130, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica (Amazona brasiliensis, Amazona rhodocorytha, Amazona pretrei e Amazona vinacea) - PAN Papagaio

O Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 19, III, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental do ICMBio, considerando a Instrução Normativa MMA nº 03, de 27 de maio de 2003, que reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes de sua lista anexa; Considerando a Resolução MMA-CONABIO nº 03, de 21 de dezembro de 2006, que estabelece metas para reduzir a perda de biodiversidade de espécies e ecossistemas, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica; Considerando a Portaria ICMBio nº 78, de 03 de setembro de 2009, que cria os centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes e lhes confere atribuições; e Considerando o disposto no Processo nº 02061.000008/2010-67, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios Ameaçados da Mata Atlântica (Amazona brasiliensis, Amazona rhodocorytha, Amazona pretrei e Amazona vinacea) - PAN Papagaio.

§ 1º. O PAN Papagaio compreende objetivos, metas e ações para a conservação das espécies ameaçadas de extinção: Amazona brasiliensis, Amazona rhodocorytha, Amazona pretrei e Amazona vinacea.

§ 2º. O PAN Papagaio possui um anexo que contempla Amazona aestiva como espécie de interesse especial.

Art. 2º. O PAN Papagaio é composto por objetivo, 7 (sete) metas e suas respectivas ações, cuja implementação está prevista no prazo de 5 (cinco) anos, com validade até janeiro de 2016.

§ 1º. O PAN Papagaio tem como objetivo garantir a integridade genética e demográfica das populações nativas das espécies contempladas no PAN Papagaio, por meio da ampliação do conhecimento científico, da redução da perda de habitat e da retirada de espécimes da natureza, nos próximos cinco anos.

§ 2º. O PAN Papagaio tem como metas:

I - redução e reversão da perda e fragmentação do habitat das espécies;

II - redução do abate captura e comércio ilegal de espécimes das espécies;

III - ampliação do conhecimento científico sobre as espécies;

IV - adequação das práticas de manejo ex situ das espécies;

V - redução das solturas inadequadas;

VI - agregação de novos colaboradores e identificação de financiadores para a implementação deste plano;

VII - ampliação do envolvimento da sociedade na conservação das espécies alvo deste plano.

Art. 3º. A supervisão e monitoria anual do processo de implementação do PAN Papagaio caberá à Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas/IBIO.

§ 1º. Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE a coordenação do PAN Papagaio.

§ 2º. Fica estabelecido Grupo Assessor Estratégico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Papagaio, nos termos da Portaria Conjunta entre este composto por Camille Lugerini (CEMAVE) coordenadora, Elenise Sipinski (SVPS), Louri Klemann Junior (Idea ambiental), Némora Puletti Prestes (Projeto Charão AMA-UPF) e Marcia Strapazzon (RVS Campos de Palmas-PR/ICM-Bio).

Art. 4º. O presente Plano de Ação Nacional deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 131, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), estabelecendo seu objetivo, metas, prazos, abrangência, formas de implementação, supervisão e institui o Grupo Estratégico para Conservação e Manejo.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - Instituto Chico Mendes no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19, IV, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprova a

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a

Apêndice C

Nº 79, quarta-feira, 26 de abril de 2017

Diário Oficial da União - Seção 2

ISSN 1677-7020

57



ANDRESSA DE SOUZA LOPES	CARGO 17 (*)	9960100
VIV LUCIANA COELHO DA COSTA RESENDE	CARGO 17 (*)	9960101

(*) Classificado conforme item 4.4 do Edital (Intercambiabilidade).

Leia-se:

Cargo 17: Pesquisador em Propriedade Industrial

Área de Conhecimento: METALURGIA EXTRATIVA; HIDROMETALURGIA; PIROMETALURGIA; ELETROMETALURGIA; CONCENTRAÇÃO MINERAL; BENEFICIAMENTO; SIDERURGIA; FURNOS E PROCESSOS DE COQUEIFICAÇÃO; LINGOTAMENTO CONTÍNUO; VAZAMENTO-FUNDIÇÃO; PROCESSO DE REDUÇÃO; MATERIAIS, LIGAS, TRATAMENTO TÉRMICO; METALURGIA DO PÓ, CONFORMAÇÃO (P12)

Classe "A" - Padrão I

Nome	Cargo	Código da Vaga
PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA BOTELHO	CARGO 17	996094
MARIANA COELHO BRUM	CARGO 17	996095
MARIELLA FONTANA ALVES	CARGO 17 (*)	996096
EDUIGLAS FERNANDES DE SOUZA	CARGO 17 (*)	996097
PRISCILLA RODRIGUES	CARGO 17 (*)	996098
ANDRÉ GONÇALVES DE FREITAS	CARGO 17 (*)	996099

(*) Classificado conforme item 4.4 do Edital (Intercambiabilidade).

Onde se lê:

Cargo 20: Pesquisador em Propriedade Industrial

Área de Conhecimento: EMBALAGEM; IMPRESSÃO; ARMAZENAMENTO (P15)

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 118, DE 25 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 12-A da Lei nº 9.015, de 24 de março de 1998 e art. 1º da Portaria nº 165, de 15 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Nomear, para fins de composição do Conselho Nacional do Esporte - CNE:

I - EDSON GARCIA, como representante titular dos Clubes Sociais e ARIALDO BOSCOLO, na qualidade de suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO CARNEIRO MONTEIRO PICCIANI

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 67, DE 20 DE ABRIL DE 2017

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso da delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 282, de 20 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 21 seguinte, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei nº 8.271, de 17 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e pela Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e, ainda pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, pelo art. 16-B, da Lei nº 11.556, de 19 de outubro de 2006, e demais informações que constam do Processo nº 02000.000571/2017-26, resolve:

Art. 1º Ceder, por tempo indeterminado, o servidor HUGO PACHECO BRAZ, matrícula nº 2438664, pertencente ao Quadro de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, para exercício junto ao Ministério da Fazenda.

Art. 2º O ônus pela remuneração ou salário é do órgão cedente.

Art. 3º O servidor deverá apresentar-se imediatamente ao órgão cedente no término da cessão, observado o disposto nos arts. 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRUZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/infatematica/diario.html>, pelo código 00022017042600057

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS SUPERINTENDÊNCIA DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, NO ESTADO DO TOCANTINS, nomeado pela Portaria nº 383/2016 - MMA, publicada no Diário Oficial da União nº 163 de 24.08.16, sessão II, e conforme Decreto nº 6.099 de 26.04.07, publicado no Diário Oficial da União, de 27.04.07, que aprova a Estrutura Regimental do IBAMA, e no uso das competências que lhes são conferidas pela Portaria nº 262, de 11.04.08, publicada no Diário Oficial da União de 14.04.08.

Art.1º - Designar a servidora, DÉBORA NAIANY BARREIRA SANTIAGO, Técnico administrativo, matrícula SIAPE nº 2116245, CPF: 028.451.961-80, como pregoeira oficial da SUPESIBAMA-TO, em conformidade com art. 10 do decreto nº 5.450/05;

Art. 2º - Designar os servidores MATHÉUS BARBOSA DA SILVA, Técnico Administrativo, matrícula SIAPE nº 1923858, CPF: 046.586.106-71, MARIZARDO FERREIRA DA SILVA, Técnico Administrativo, matrícula SIAPE nº 1109422, CPF: 161.715.864-04 e TAISSA DE ALMEIDA FERREIRA LUCENA, Técnico administrativo, matrícula SIAPE nº 1504712, CPF: 977.477.181-87, para compor equipe de apoio para executar os procedimentos relativos aos pregões eletrônicos sem prejuízo de suas atividades legais;

Art. 3º - Esta Portaria terá validade de um de 01 (um) ano a partir da data de sua publicação.

LUCAS SANTOS COSTA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 269, DE 20 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Formalizar a composição do Comitê Permanente de Acompanhamento e Gestão do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Cultura por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - Iphan, O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o Estado do Piauí e a Fundação Museu do Homem Americano - Fundham, com a seguinte composição:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

Titular - Melina Rangeli de Andrade - Chefe do Parque Nacional da Serra da Capivara;

Suplente - Ana Célia Coelho Madeira Veras - Coordenadora Regional da CR - 05;

II - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - Iphan;

Titular - Ana Stela de Negreiros Oliveira - Chefe do Escritório Técnico de São Raimundo Nonato - PI;

Suplente - Bernardo Grillo Guimarães - Representante técnico da Superintendência do Iphan - PI;

III - Estado do Piauí;

Titular - Carlos Antônio Moura Fé - Superintendente de Meio Ambiente da Semar - PI

Suplente - Danielle Grass Senise - Diretora de Parques e Florestas da Semar - PI

IV - Fundação Museu do Homem Americano - Fundham;

Titular - Rosa Maria Trakalo Nunez - Coordenadora de Projetos

Suplente - Elisabeth Gomes de Matos Medeiros - Pesquisadora

Art. 2º Caberá ao Comitê Permanente de Acompanhamento e Gestão do Acordo elaborar diagnóstico da situação das obrigações assumidas no Acordo, propor um Plano de Gestão contendo a definição das ações, prazos, matriz de responsabilidade, estimativa de custos para a consecução do Acordo e emitir relatórios semestrais para o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Art. 3º Caberá ao Iphan e ao ICMBio coordenar o Comitê Permanente de Acompanhamento e Gestão do Acordo em forma alternada, por períodos de 12 (doze) meses cada, iniciando o primeiro período pelo ICMBio.

Art. 4º A participação no Comitê Permanente de Acompanhamento e Gestão do Acordo não enseja qualquer tipo de remuneração, nem induz qualquer relação de subordinação entre os seus componentes entre si e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e será considerada serviço de relevante interesse público.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 270, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, resolve:

Nomear EMERCK LIMA CIPRIANO, CPF 238.933.621-34, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Unidade de Conservação II Código DAS-101.1, da Reserva Extrativista de Barreiro das Antas, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ficando dispensado da função gratificada que atualmente exerce.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apêndice D

DECRETO Nº 83.548, DE 05/06/1979 - PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA - PI

Cria no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com os limites que especifica e da outras providências.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 5º, alínea "a", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado, no Estado do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara, com a área de aproximadamente 100.000 ha, subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e IBDF Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, compreendida dentro do seguinte perímetro: o ponto inicial (ponto 1) é determinado a 1.000 m a oeste da nascente principal do Riacho Nova Olinda sobre o paralelo 08º50'S, desse ponto segue em linha seca de aproximadamente 20.500m coincidente ao paralelo 08º50'S até o ponto geograficamente determinado pelas coordenadas 42º32'28"W E 08º50'S. Deste ponto segue por aproximadamente 16.000 m no sentido W-L (oeste-leste) acompanhando a cota de 400 m até encontrar linha telegráfica que liga São João do Piauí a São Raimundo Nonato. Continua em direção norte, pela esquerda da linha telegráfica a até o cruzamento desta com o Riacho Bom Jesus. Deste ponto segue em uma linha no sentido N-W (norte-oeste) de aproximadamente 1.500 m até encontrar a nascente de um dos aluentes do Riacho Bom Jesus. Sobe o Riacho Bom Jesus por uma linha distante 1.000 m da margem esquerda até sua nascente principal no encontro do paralelo 08º42'S. Segue este paralelo no sentido L-W (leste-oeste) por uma linha coincidente de aproximadamente 9.400 m até um ponto sobre este paralelo a 1.000m da margem direita do Riacho Gruta do Pinga. Desce o Riacho Gruta por uma linha distante 1.000 m da margem direita até encontrar o paralelo 08º38'51"S, segue por uma linha coincidente a este paralelo no sentido L-W (leste-oeste) por 5.700 m aproximadamente até o ponto distante 1.000 m da margem direita do Riacho Toca da Onça. Desce este Riacho por uma linha distante 1.000 m da margem direita até encontrar um caminho secundário no sentido L-W (leste-oeste) atravessando a Serra Grande seguindo no encontro do Riacho dos Chagas no sentido S-N (Sul-norte) até o paralelo 08º30'S. Segue a linha coincidente deste paralelo até o ponto distante 1.000 m da margem esquerda do Riacho Baixo da Lima. Sobe o Riacho Baixo da Lima por uma linha distante 1.000 m da margem esquerda até o encontro do Riacho Nova Olinda, subindo este por uma linha distante 1.000 m da margem esquerda até encontrar o ponto inicial sobre o paralelo 08º50'S, fechando assim o perímetro.

Art. 2º. O Parque Nacional da Serra da Capivara, tem por finalidade precípua, proteger flora e fauna e as belezas naturais, e os monumentos arqueológicos, no local existente e fica sujeito ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 3º. Fica o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal incumbido de em um prazo máximo de 90 (noventa) dias, baixar o regimento dessa unidade de conservação.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO

B.

DE

FIGUEIREDO

Angelo Amaury Stabile

Diário Oficial da União - Seção 1 - 06/06/1979 , Página 8035 (Publicação)